

Orlando Pires
Esmeralda Pinto

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 11/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO

Vice-Presidente:

(O Vice-presidente em Exercício presidiu à Reunião em Substituição da Senhora Presidente, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação)

- *Orlando Ferreira Pires*

Vereadores Presentes:

- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
- *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- *José Miguel Romão Cunha*

Membros Ausentes

- *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*

Secretariou:

- *Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto*
Jurista

Hora de Abertura:

- **15.00 Horas**

**Ata da Reunião de
19 de abril**

- **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo**

**Ata da Reunião de
26 de abril**

- **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo**

Local da Reunião:

- **Paços do Concelho – Salão Nobre da Câmara Municipal**

Antes da Ordem do Dia

Regimento.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Vice-presidente, os Senhores Vereadores, *Carla Assis*, *Dr.ª Esmeralda* e o público.

Relativamente a esta reunião, para além de algumas referências e alguns comentários que vamos fazer ao longo da Ordem do Dia, temos como também seria fácil antever, algumas intervenções no período Antes da Ordem do Dia, nomeadamente, daquilo que tem estado mais na Ordem do Dia e muito badalado na comunicação social e eu de certa forma até agradeço que assim seja, porque pelo menos dá-nos a oportunidade de respondermos a uma série de, não direi acusações, mas uma série de factos que põem em causa, a gestão do Executivo anterior.

Isto vai demorar um bocadinho, porque nós entendemos que era hoje o momento certo para isso, obviamente que nós também acompanhamos a comunicação social, também lemos o facebook e sabemos aquilo que tem sido dito relativamente à gestão anterior e à análise financeira encomendada à DELOITTE que eu presumo que ainda não seja entregue hoje, o que não deixa de ser estranho porque o prazo era 31 de março, foi adiado para 30 de abril e estamos em fins de maio e ainda não temos documento escrito.

Sem pôr em causa a qualidade e a idoneidade da DELOITTE, penso que começa a haver poucas justificações que justifiquem tal atraso.

“A título de nota prévia devemos lamentar a forma como o atual Executivo tem gerido a questão da análise financeira solicitada à Deloitte já que não tem agido com cautela, ponderação, proporcionalidade e adequação. O bom senso e o respeito pelos outros exigia que os dados não fossem tornados públicos antes da existência de um relatório formal escrito e antes de compreender e investigar as situações denunciadas. Intriga-nos esta ânsia e esta obsessão de prestar contas com o passado e de tentar a todo o custo denegrir a imagem e minorizar a gestão do Executivo anterior. Mas quanto a isso, vamos dar tempo ao tempo para que o tempo se encarregue de fazer cada coisa a seu tempo.

1.º Auditoria às contas do Município revela dívida escondida.

Tal como o vamos provar ao longo desta intervenção, trata-se de uma acusação infundada e as situações que foram relatadas pelo Vereador José Cunha não são inteiramente novas, existindo evidências documentais que afastam essa suspeição.

2.º A auditoria às contas do município de Mirandela detetou seis milhões de dívida superior aos 18 milhões de euros registados na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), mas pode aumentar para os 26 milhões.

Aqui a situação começa a complicar-se porque ainda não conseguimos saber qual o valor exato da dívida oculta: 5, 6 ou 8 milhões de euros?

Admitindo como certos os 800 mil euros relatados pelo Vereador José Cunha, onde estão os restantes milhões?

3.º A autarca socialista acrescenta que o relatório dá conta de indícios de passivos ocultos não revelados na contabilidade, bem como do património municipal não registado e um certo facilitismo na gestão das receitas próprias da autarquia.

Mais uma vez uma acusação com um grau de minúcia e objetividade muito ténue. Que património municipal é que não foi registado?

4.º Também dívidas que não foram registadas e contabilizadas e muitas delas passaram em reunião de câmara e na Assembleia Municipal, sem registo e contabilização.

Se passaram em reunião da CMM e em sessão da AMM, porque não foram objeto de registo e contabilização? Se isso aconteceu, que responsabilidades podem ser assacadas aos decisores políticos?

5.º Júlia Rodrigues admite que poderá haver alguns inquéritos internos para averiguar responsabilidades nas decisões tomadas que podem levar a processos disciplinares e não exclui a possibilidade de denunciar algumas situações ao Ministério Público.

Para quem está sempre a dizer que urge defender os dirigentes e os colaboradores da CMM, a ameaça de inquéritos internos, de processos disciplinares ou de denúncia ao Ministério Público não se coaduna com essa pretensa atitude. Então a CMM não tem colaboradores profissionais, competentes e rigorosos, como sempre defendeu, tal como aconteceu na reunião anterior?

6.º A autarca ressalva que a ideia é auditar os procedimentos e os processos na câmara para conhecer a gestão, tendo em vista a transparência para que os mirandenses possam conhecer o ponto de situação em que o município se encontra, e que, em simultâneo seja uma ferramenta de trabalho que servirá como ponto de partida para elaborar boas práticas a implementar na gestão.

Aqui concordamos com a ideia e somos favoráveis à transparência absoluta, à prestação de contas e à divulgação de informação municipal para que os munícipes possam ter conhecimento da gestão municipal.

7.º O relatório final deverá ser entregue dentro de duas semanas e a auditoria foi feita por uma entidade independente cuja credibilidade e prestígio tem vindo a ser constantemente reconhecidos nos mercados financeiros.

Para uma empresa com a qualidade da Deloitte não deixa de ser incompreensível o constante protelamento da data de entrega do relatório final definitivo.

8.º José Miguel Cunha desmente ainda o ex-autarca quando afirmou que o relatório preliminar não foi dado a conhecer aos vereadores do PSD. “Esta situação foi reportada aos vereadores da oposição na reunião do executivo”.

Embora já tenha respondido nas redes sociais, reafirmamos que não nos foi entregue qualquer relatório provisório escrito na última reunião da CMM e alertamos o atual Executivo para a incorreção e para a injustiça de transmitir informação na comunicação social e nas redes sociais sem o relatório escrito definitivo e sem se ter garantido o direito ao contraditório à oposição mas a ânsia exacerbada de fazer contas com o passado imperou.

9.º Um milhar de consumidores de Mirandela não pagou água durante três anos e não foi sujeita a cortes de fornecimento mas a autarquia nunca avançou para o corte do fornecimento de água, deixando de arrecadar uma receita a rondar os 300 mil euros.

O documento de prestação de contas 2017 é perentório ao referir que a autarquia arrecadou 3.827.427 euros a título de venda de bens e serviços correntes, representando cerca de 20% das receitas de carácter corrente e que as verbas provenientes da faturação do abastecimento de água às populações do concelho que incluem a venda de água, o saneamento e os resíduos sólidos, atingiram 85% da receita total desta rubrica.

Em relação aos contadores e aos cortes de abastecimento, eles são de munícipes, de empresas, de instituições ou de Juntas de Freguesias? São de consumidores da cidade, da vila ou das aldeias? Por acaso sabe que há zonas da cidade em que os contadores estão dentro de casa ou de acesso difícil e que nem sempre as pessoas abrem as portas para a contagem? Falou com os responsáveis sobre o assunto? Tem uma listagem com o nome dos incumpridores que possa ser conhecida e divulgada com reservas?

10.º Houve facilitismo na gestão das receitas próprias da autarquia.

Em relação à venda de água o Município de Mirandela arrecadou 1.497.272,65 euros em 2016 e aumentou essas receitas para 1.744.537,03 euros. Esses dados parecem desmentir a acusação de facilitismo na gestão das receitas próprias da autarquia, ideia que se reforça porque também aumentaram as receitas com o saneamento (de 598.138,41 euros para 759.181,85 euros) e com os resíduos sólidos (de 67979.707,76 euros para 759.181,85 euros).

Uma das medidas do PSF era o da revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade. Contudo, esse objetivo não se concretizou por opção do Município de Mirandela por razões sociais. Na página 43 da Prestação de Contas 2017, é dito que facilmente se conclui que esse objetivo foi ambicioso pois, apesar do Município ter aumentado ligeiramente os preços cobrados por estes serviços, os montantes arrecadados situam-se ainda abaixo do estipulado. Refere ainda que se torna difícil proceder a um novo aumento pois no contexto económico e social em que a Autarquia está inserida não seria comportável para os consumidores, salientando ainda que as dívidas de terceiros provenientes da faturação de água continuam elevadas.

Diminuíram ligeiramente as receitas com os parques de estacionamento (variável de reduzido controlo municipal) e com a residência de estudantes, sendo certo que este último caso levanta questões delicadas na sua cobrança porque estamos a falar muitas vezes de famílias com graves carências económicas. Aceitariam, de bom grado e de ânimo leve, expulsar alunos da residência de estudantes por falta de pagamento das mensalidades a cargo dos pais? Nós nunca o fizemos e tudo fizemos para que os pais cumprissem as suas obrigações.

Também não era omissa a informação relativa a dívidas de cobrança duvidosa que a 31 de dezembro de 2017 ascendiam a 570.428 euros e que são todas aquelas em que as expectativas de cobrança são muito reduzidas por vários motivos ou que estão em mora e que incluem as dívidas de consumidores de água, o que pode ser lido na página 54 da Prestação de Contas 2017.

11.º O vereador da autarquia adianta ainda que era procedimento habitual do anterior executivo perdoar os juros de mora a cerca de 30 por cento dos consumidores que faziam o pagamento fora do prazo e vários casos de colocação de contadores de água para obras sem a respetiva licença de obras (casos em que já terminaram as obras e não se procedeu à licença de habitabilidade).

A questão dos pagamentos e da falta de pagamentos da água era da responsabilidade do GAM que nos últimos três anos foi coordenada pela Dr.ª Fátima Fontoura e depois pelo colaborador Nuno Silva em articulação estreita com o Diretor do Departamento de Coordenação Geral, Eng. Guedes Marques, e pela lógica com o Dirigente Intermédio de 3º grau, Eng. Luís Borges.

Nunca houve qualquer decisão do Presidente da CMM nem de qualquer vereador no sentido de isentar os consumidores do pagamento de juros de mora, nem mesmo de forma verbal, nem se teve conhecimento de qualquer isenção. Como tal, há que averiguar internamente, devendo ser acareados os principais responsáveis por essa valência e determinar responsabilidades.

Soubemos também da parte do anterior Presidente da CMM que era conhecida a dívida dos consumidores e que foi crucificado internamente pela falta de sensibilidade para os munícipes mais carenciados quando equacionou a necessidade de executar essas dívidas.

Provavelmente quem pode falar disto melhor é o Eng. Guedes Marques pois ele é que acompanhava este processo e até ficou muito afetado pelas cobranças coercivas feitas pelo Fraga e Margarida.

O único comentário em relação a esta questão é que devem ser pedidos esclarecimentos à responsável Fátima Fontoura.

12.º Vejamos agora os exemplos concretos de dívidas que não estão registadas segundo o atual Executivo:

- Sociedade Mirandela XXI

Temos ouvido dados contraditórios relativamente a essa parceria público-privada que foi constituída para elaborar projetos relativos a uma escola de artes na Estação da CP, a um edifício de serviços do Município e a dois pavilhões gimnodesportivos em Carvalhais e Romeu.

Se nos socorrermos do documento de prestação de contas 2017, elaborado pelo atual Executivo, pode ler-se na página 30 que se verificou a extinção da Parceria Público-Privada Mirandela XXI em abril de 2012 quando tinha sido constituída em 2009.

Estamos a falar de uma dívida algo avultada de 367 mil euros que estranhamente nunca foram reclamadas judicialmente. Pelo menos não consta da listagem de processos judiciais em curso que o Município de Mirandela publicou no Orçamento 2018. Alguém acha isso normal? Se alguém me devesse 367 mil euros ia ao fim do mundo para os recuperar e a empresa nada faz durante tantos anos. Estranho, não?

O Executivo anterior tinha conhecimento da pretensão de reclamar esse valor mas o anterior Presidente da CMM, Eng. António Branco, garante que eles não têm direito a esse ou a outro valor porque pura e simplesmente nunca entregaram qualquer projeto técnico na CMM e nunca foi entregue qualquer fatura no aprovisionamento e, caso se achem com direito a ele, que o reclamem em tribunal e que o provem.

Se existe um *mail* a reconhecer essa dívida que seja dado conhecimento público do mesmo mas, mesmo que a pretensão de quem reclama fosse legítima, entendemos haver aqui uma situação de abuso de direito e uma postura no mínimo questionável do ponto de vista ético.

- 167 mil euros à Junta de Suções para obras na estrada

Na reunião n.º 10/2017, de 15 de maio, um dos pontos tratados e objeto de deliberação foi um pedido de subsídio da Freguesia de Suções realizado através do ofício com entrada n.º 7467, de 26/04/2017, com o seguinte teor:

Assunto: Pedido de subsídio

Tendo em vista a execução de várias obras que consideramos de vital importância para o desenvolvimento e bem-estar da nossa Freguesia, pedimos apoio para a realização dos seguintes trabalhos: conclusão da pavimentação da estrada Suções - Pai Torto, largo da rua da Igreja, acesso à padaria, construção de casas de banho públicas e alargamento do cemitério, em Eivados conclusão da pavimentação da estrada municipal da Escola à ponte sobre a variante, rua de Vale do Moinho, em Eixos a rua do Amieiro. Como a Junta de Freguesia não possui capacidade financeira para custear todas estas obras, e tendo já analisado as propostas de vários empreiteiros, vem solicitar a V.ª Ex.ª um subsídio no valor de 167 032,83 (cento e sessenta e sete mil, trinta e dois euros e oitenta e três cêntimos).

Processo despesa n.º 1188, de 09/05/2017, no valor de 50.000,00 €.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio no valor de 167.032,83 (cento e sessenta e sete mil, trinta e dois euros e oitenta e três cêntimos) à Freguesia de Suções, conforme solicitado.

De acordo comum o artigo 17º das Normas de Execução Orçamental os apoios financeiros a conceder no ano de 2018 a entidades legalmente constituídas que prosseguem fins não lucrativos... são os que constam do mapa de Apoios Financeiros anexo ao Orçamento, podendo, eventualmente, o órgão Executivo aprovar extraordinariamente outros apoios que se identifiquem como necessários. Se o subsídio de Suções não consta desse mapa é porque o atual Executivo ou entendeu que não o devia atribuir ou cometeu um lapso cuja responsabilidade não pode ser assacada ao Executivo anterior mas ao atual Executivo ou aos competentes serviços internos de contabilidade. Averiguem e imputem responsabilidades mas não culpem o Executivo anterior!

Esse apoio foi alvo de deliberação camarária e indicia fortemente a vontade e a obrigação de transferir esse montante para a Junta de Freguesia de Suções. Não se trata de nenhuma dívida oculta porque as atas são públicas e podem ser lidas e consultadas por toda a gente!

- 140 mil euros reclamados pela Santa Casa da Misericórdia para a reabilitação do Lar de São Pedro Velho e do Solar dos Pessanhas

Houve sempre ao longo dos anos uma relação estreita, de colaboração e de parceria entre o Município de Mirandela e a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, incontornável pelo relevante papel social desenvolvido por esta no apoio a crianças, jovens e idosos. Nos últimos vinte anos a SCM cresceu exponencialmente e tem presentemente mais colaboradores do que a CMM e valências em todas as vertentes sociais e o contributo de Mirandela foi fundamental, se não mesmo decisivo. Eu tive o grato privilégio de ter dado o meu humilde contributo a essa instituição secular que este ano comemora 500 anos, porque fui Mesário da Mesa Administrativa durante nove anos, três dos quais como Vice-Provedor e nos últimos cinco meses como Provedor Interino, cargo que exerci de forma voluntária e gratuita.

Não estamos tão-só a pensar nos apoios financeiros mas também no acompanhamento técnico e fiscalização de empreitadas, na elaboração de candidaturas a fundos comunitários, no apoio técnico a obras, como aconteceu com o reabilitação da Igreja da Misericórdia, na cedência gratuita de uma loja no Mercado Municipal onde funciona a Loja Social, de um espaço no BBFH onde foi instalado o Banco Solidário e de um armazém no Cachão para depósito de móveis usados, na nomeação de uma comissão responsável pela abertura e análise de propostas e na emissão de parecer técnico-financeiro para as obras na Sede da SCM, sita na Praça 5 de outubro, na cedência de um horário na Piscina Municipal, no apoio jurídico para um despejo administrativo com vista à recuperação e reabilitação da sede e finalmente na concessão de isenção do pagamento de taxas e licenças municipais, o que aconteceu com a Lavandaria, o Cantinho da Avó, o Arco-Íris, o Lar de Vale de Salgueiro, um apartamento da Rua dos Artistas Mirandelenses, o Lar de São Pedro Velho, o Miminho, o Lar de Nossa Senhora da Paz e a Parafarmácia.

Segundo informações que obtive dos meus registos contabilísticos, para a Santa Casa foram transferidos os seguintes montantes, de 2008 a 2015:

Ano	Valor
2008	157.500,00
2009	100.000,00
2010	8.609,99
2012	119.516,16
2013	120.773,63
2014	107.754,60
2015	17.870,92
Total	632.025,30

Os 140.000,00€ aludidos pelo Senhor Vereador José Cunha são referentes aos juros do empréstimo para a construção do ERPI de S. Pedro (60.000,00 euros) e ao Projeto Técnico da Candidatura ao Solar dos Pessanhas (82.643,00 euros).

Este último surgiu na sequência de um protocolo global de parceria para a realização do projeto Tua Mirandela – Regeneração Urbana do Centro Histórico de Mirandela, assinado no dia 17 de outubro de 2008 (há cerca de dez anos!) entre o Município de Mirandela, a SCM de Mirandela, a Associação MIRCOM, a Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação e a ASAMAM, com um custo de 9.994.271,40 euros, 6.995.989,98 dos quais obtidos via FEDER. A coordenação global do Programa de Ação ficou a cargo da CMM, assim como a estrutura de apoio técnico.

Foi essa parceria que permitiu obras de requalificação do edifício-sede da SCM de Mirandela e a recuperação e valorização da Igreja da Misericórdia para a instalação de um Museu de Arte Sacra mas que não permitiu executar a refuncionalização do Solar dos Pessanhas para a instalação do Centro de Atividades sénior “Casa dos Pessanhas” porque não foi possível localizar todos os herdeiros e obter a anuência de todos.

E foi aqui que se colocou a questão dos custos do projeto técnico. Não havendo execução física de uma obra candidatada a quem compete suportar as despesas com o projeto técnico? Ao dono da obra ou a quem assumiu a obrigação de suportar os encargos da obra na parte não participada? Fica, pelo, menos a dúvida, embora não nos repugne que essa verba caiba dentro das obrigações do Município de Mirandela e não reste outra alternativa que não seja arcar com essa obrigação, o que se resolve facilmente com a efetivação de uma transferência financeira de igual ou inferior valor.

Essa intervenção foi também objetivada num protocolo de parceria local no dia 17 de outubro de 2008 que custava 1.692.881,00 euros e 82.643,00 euros a título de projeto técnico, embora a faturação tenha sido de apenas 79827,50 euros e já tenham sido pagos cerca de 15.000 euros.

Em relação ao Lar de São Pedro Velho, que acabou por não ser financiado, a CMM deliberou na sua reunião ordinária de 6 de maio de 2009 a atribuição de uma comparticipação financeira da componente não financiada (25%) no valor de 218.464,43 euros para a candidatura POPH (medida 6.2 – apoio ao investimento a respostas integradas de apoio social).

Como não houve financiamento e a CMM não podia solicitar um empréstimo não sendo dona da obra, a SCM solicitou o empréstimo e a CMM transferia mensalmente uma quantia equivalente à amortização do empréstimo. Contudo, as contas foram feitas tendo em conta o valor global puro e simples e nem a SCM nem a CMM se lembraram que os bancos cobram juros dos empréstimos concedidos. Daí o diferencial de 60.000 euros e mais uma vez uma questão dúbia e não um passivo oculto.

Em contato com o Provedor da SCM de Mirandela, Eng. Adérito Gomes, ficou claro que em duas deliberações da CMM de 2010 a CMM assumiu o pagamento de 450.464,43 euros para pagamento de obras diversas. Como a CMM tinha dificuldades em solicitar um empréstimo bancário, foi a SCM quem solicitou um empréstimo bancário de 500.000 euros que a CMM assumiu em 90% e pagou em 72 prestações mensais. Acontece que nem a CMM nem a SCM se lembraram de incluir nessas 72 prestações o pagamento dos juros, não tendo a CMM pago 62.686,80 euros que acabaram por ser suportados pela SCM.

Foram duas situações imprevistas e anómalas que ninguém previu que viessem a ocorrer que devem merecer uma reunião entre a SCM e a CMM no sentido de chegarem a acordo sobre a melhor forma de resolver a questão, não se tendo pretendido ocultar qualquer dívida, e que se resolveriam facilmente com a atribuição de um subsídio, o que seria a intenção do anterior Presidente da CMM, segundo garante o atual Provedor. Contudo, só se pode falar de dívida quando há uma deliberação de atribuição de subsídio e isso não foi o caso, até porque o valor final sempre dependeria do diálogo entre as duas instituições mas ninguém pode negar o enorme esforço financeiro que a CMM realizou no apoio à construção de várias infraestruturas da SCM de Mirandela e é justo referir também que a CMM contribuiu com cerca de 300.000 euros para as obras de requalificação da sede da SCM de Mirandela.

Foi também esse projeto que permitiu à MIRCOCOM a criação de um Gabinete de Apoio ao Comércio Tradicional, a dinamização de ações de animação de rua no Centro Histórico, entre outras atividades, prevendo ainda a favor da Comissão Fabriqueira de Nossa Senhora da Encarnação a reabilitação e revitalização da Torre e da Cripta da Igreja e a Instalação de um Centro Pastoral e a refuncionalização do edifício-sede da ASMAM para a instalação da Academia de Música que o atual Executivo vai dotar de ar condicionado, segundo promessa realizada no almoço do último aniversário dessa instituição.

São ambos compromissos que não resultam diretamente dos protocolos assinados nem de qualquer decisão formal mas situações idênticas foram sendo resolvidas ao longo do tempo à medida das necessidades da SCM e das capacidades financeiras da CMM e julgamos que é assim que devem continuar em nome da sã colaboração entre as duas instituições.

• **48 mil euros à fundação do Inatel**

Esta será mais uma das dívidas reclamadas sem que assista, a nossos olhos, razão ao reclamante e prender-se-á com o pagamento das remunerações aos dois funcionários que pertenciam ao INATEL e que foram afetos ao Município de Mirandela, tendo este assumido o pagamento das remunerações de um deles.

É mais um caso que carece de esclarecimento, tratando-se de uma dívida que não foi reconhecida pelo Município de Mirandela mas reclamada pelo INATEL. No mínimo, é uma questão controvertida que urge ser definitivamente aclarada. O Executivo atual não pode nem deve assumir como dívidas do Município de Mirandela todas as que são reclamadas por terceiros, sob pena de estar a lesar o interesse público.

• **75 mil euros de quotas ao Museu do Douro e outras entidades como o Eixo Atlântico, Associação de Municípios, Desteque e outras.**

Os quadros n.º 13 e n.º 14 da Prestação de Contas 2017 contêm informação que desmente essa afirmação. As dívidas às treze entidades participadas não são passivos ocultos e são bem evidentes no quadro n.º 14. Não negamos que os compromissos devem ser honrados, dentro do possível, ou, caso se entenda não ser uma mais-valia para o município, decidir pela saída, como já o fez o Município de Mirandela em relação à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico ou à Associação Portuguesa para a Segurança de Pontes.

Quadro n.º 13 – Limita da Dívida Total

Ano	Receita corrente bruta	Reembolsos e restituições	Receita corrente líquida
2014	17.770.969,51		17.770.969,51
2015	18.223.558,08		18.223.558,08
2016	18.201.961,23		18.201.961,23
MÉDIA:			18.065.496,27
Limite da dívida total			27.098.244,41

Quadro n.º 14 – Dívida Entidades Participadas

Designação	Participação	Dívida	Dívida relevante Município
ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	10%	Sem informação	
AETM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	13,00%	5.878,00	764,14
AIN - Agro - Industrial do Nordeste, S.A.	49,10%	RAI positivo	
AMTQT - Assoc. de Municípios Terra Quente Transmontana	28%	2.483.498,61	695.379,61
ANMP - Associação Nacional de Municípios	Quota		404,56
Cim-TT - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	13,23%	Sem informação	
DESTEQUE - Assoc. Desenvolv. Terra Quente Transmontana	25%	4.147,00	1.036,75
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,90%	138.887,99	6.805,51
Fundação Museu do Douro	0,79%	436.062,14	3.444,89
HTQ - Hospital Terra Quente	10%	Sem informação	
MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	Sem informação	
Resíduos do Nordeste S.A.		Sem informação	
Turismo Porto e Norte	1,16%	1.349.972,13	15.659,68
Total:			723.495,14

A dívida relevante para o Município corresponde ao valor da dívida das entidades a multiplicar pela percentagem de participação que o município tem na entidade participada.

Quanto aos protocolos com os CTT e com o Ginásio Clube de Mirandela que, segundo o Vereador José Cunha, geraram filhos em mulheres alheias, pode dizer-se que os filhos não ficarão a perder porque atualmente não há filhos ilegítimos, além de ter merecido já uma resposta do anterior Presidente da CMM.

Contudo, entendemos partilhar convosco, desde já, uma notícia veiculada pelo Jornal Nordeste que espelha bem alguma incoerência que grassa na questão do Pavilhão do Ginásio Clube de Mirandela, peça escrita pela jornalista Susana Madureira, sendo certo que o portal de Mirandela também publicou uma notícia sobre a sua inauguração:

“O Ginásio Clube Mirandelense (GCM) inaugurou, no sábado, as novas instalações. Situado na zona Industrial de Mirandela, o pavilhão tem uma arena de kickboxing que vai trazer à cidade o Tua grandes eventos da modalidade.

“Esta é primeira arena de kickboxing de Trás-os-Montes e que irá permitir a realização de combates mensais”, disse Sónia Pereira, antiga campeã do mundo de kickboxing e treinadora do GCM.

A melhoria das condições de treino traz mais motivação aos atletas e vai fazer aumentar o número de praticantes. “Penso que este espaço vai facilitar a entrada de novos elementos”, acrescentou. Há 28 anos a formar atletas, José Pina não escondeu a emoção na hora de falar do novo espaço. O antigo campeão do mundo disse mesmo que é “um sonho tornado realidade” e que representa “um investimento pessoal de 30 mil euros.”

Na inauguração esteve o vereador do desporto da autarquia de Mirandela. Orlando Pires assegurou que “vai ser cumprido o protocolo estabelecido entre o clube e o anterior executivo”. Trata-se de um apoio mensal de dois mil euros para ajudar a suportar os custos do novo pavilhão nos próximos dez anos.”

Essa é indubitavelmente uma matéria fraturante, controversa e polissémica, que nos relega para a questão da atribuição de subsídios a coletividades que é dos temas autárquicos que mais nos obriga a pensar no adágio popular “cada cabeça, sua sentença”. Não estarão outras coletividades a receber apoios mais avultados e muito superiores ao que o Ginásio Clube Mirandelense tem recebido ao longo dos tempos? Este Executivo já questionou essa realidade? Este Executivo teve em conta o esforço que o GCM tem realizado para encontrar fontes alternativas de financiamento, ao contrário da grande maioria das coletividades que vivem quase exclusivamente dos apoios financeiros da CMM? Teve em mente e respeitou o passado do Mestre José Pina e da Sónia Pereira, autênticos embaixadores de Mirandela e lutadores incansáveis por um projeto e um sonho em que tantos acreditam? Considerou o excelente trabalho desenvolvido pelo GCM na ocupação saudável de crianças, jovens e adultos? Estamos convictos que não.

Em relação ao caso da instalação em Mirandela de um Centro de Distribuição e Logística dos CTT, é mais que fácil encontrar exemplos de regulamentos que estatuem benefícios, regalias e apoios para a instalação e fixação de empresários e empresas, sobretudo em municípios de baixa densidade populacional que visam, grosso modo, incentivar o investimento empresarial face à dificuldade em fixar investimentos no interior do País, permitir a modernização das empresas e a fixação de investimentos geradores de emprego, apostando, outrossim, na qualificação profissional, na inovação e nas novas tecnologias. Apela-se a iniciativas empresariais que contribuem para a criação de emprego, visando minimizar a migração de residentes, sobretudo jovens, atraindo e fixando novos habitantes e contribuindo para o fortalecimento da economia local ou para a diversificação do tecido empresarial.

Os apoios a conceder poderão revestir várias formas, nomeadamente:

- cedência gratuita ou a custos simbólicos de terrenos
- realização de obras de infraestruturas
- cedência de edifícios ou equipamentos, muitas vezes em contrato de comodato
- isenção de taxas e benefícios fiscais (isenção ou redução de imposto municipal sobre imóveis, isenção ou redução de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e isenção ou redução de derrama)
- apoio financeiro direto, tantas vezes sob a forma de subsídio não reembolsável
- apoio à criação do próprio emprego
- apoio à criação de postos de trabalho
- apoio financeiro à aceitação de estágios profissionais (percentagem da bolsa de estágio durante um certo tempo)
- agilização da apreciação dos processos de licenciamento industrial e comercial
- apoio técnico (prestação de informação e/ou de apoio técnico especializado)
- participação do valor da renda durante um certo tempo
- ajudas à participação em feiras e certames

O valor dos apoios é por norma proporcional ao montante do investimento, ao número de postos de trabalho criados e ao impacto do investimento na economia local.

O GAEE é um excelente exemplo dessa dinâmica e resultou de um protocolo de colaboração em rede entre vários parceiros (Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia, IEFP, Instituições de Ensino Superior, Associação Comercial e Industrial e Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte) e tem como missão promover o empreendedorismo, a criação de emprego e a captação de investimentos para o concelho, assumindo-se como plataforma de interface entre os empresários e os agentes locais e setoriais com influência na atividade económica e criando condições para um ambiente de negócios competitivo e para o crescimento sustentado do emprego local e centra a sua atividade nos seguintes domínios fundamentais:

- Promoção do potencial económico do Concelho de Mirandela direcionado para o ambiente empresarial;
- Disponibilização de Informação e apoio aos empresários sobre incentivos, apoios e instrumentos de financiamento da sua atividade;
- Recolha e sistematização de informação de suporte da atividade económica do Concelho;
- Prestação de informações sobre os instrumentos de apoio à criação, reestruturação e reconversão de empresas em diversas áreas: indústria, agricultura, comércio, serviços e outros;
- Apoio no relacionamento do empresário com diversas entidades públicas e privadas, assumindo um papel de parceiro nas relações interinstitucionais.

O Eixo de Intervenção 1. Refere-se ao EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO, e estão previstas várias ações, sobressaindo a dinamização de um Gabinete de Apoio à Inserção (GAI), a informação para a Inserção (Plataforma de Oferta Formativa, Educativa e de Emprego), a dinamização do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor (GAEE), o TuaStart (Incubadora de Empresas), a gestão de candidaturas a Regulamentos Municipais de Apoio a Atividades Económicas, a Plataforma Eletrónica de Oferta Formativa, Educativa e Emprego, a Feira de Orientação Escolar e Profissional, a Escola Empreendedora (Seminário e Concurso) e o Tua Talks que este ano teve lugar no dia 30 de maio.

Para a concretização dos objetivos e das ações previstas, foram elaborados e aprovados vários regulamentos, nomeadamente os referentes ao Incentivo ao Comércio Tradicional, ao Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal ou o Emprego Já.

Aqui chegados é a vez de prestar esclarecimentos e de defender a opção de apoiar a instalação em Mirandela de um Centro de Distribuição e Logística Regional de Mirandela, decisão criticada pelo atual Executivo e na qual não nos revemos, antes pelo contrário. A centralidade geográfica e a persistência municipal foram essenciais para garantir a instalação dessa importante base logística em Mirandela, existindo apenas mais cinco em Portugal, tendo sido afastados dessa pretensão outros municípios, como Bragança e Vila Real. É o único Centro de Distribuição Postal existente na região norte/interior, estando desde logo previsto que essa unidade tenha cerca de 30 postos de trabalho e que por dia receba um conjunto significativo de viaturas que irão circular pela Zona Industrial.

Se é verdade que o segredo é a alma do negócio, não é menos verdade que o processo foi totalmente transparente a partir da conclusão das negociações. A prová-lo em toda a linha encontramos a deliberação da CMM tomada no dia 20 de março de 2017, aprovada por unanimidade, ou seja, com os votos favoráveis do PSD, do PS e do CDS/PP. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar ao requerente CTT, Correios de Portugal S.A., conforme proposto:

1. A conclusão do processo de reversão já deliberado pela Câmara Municipal de concessão a título definitivo do Lote 1J situado na Zona Industrial de Mirandela, com inscrição na matriz predial urbana;
2. A simplificação de todos os procedimentos administrativos que permitam responder aos prazos necessários;
3. A proposta de minuta de contrato promessa de arrendamento a celebrar entre a empresa ANGUAI
4. A proposta de minuta de contrato de subarrendamento não habitacional entre o Município de Mirandela os CTT – Correios de Portugal, S.A.;
5. A assunção pelo Município de Mirandela, ao abrigo do presente regulamento, do valor diferencial entre os aludidos contratos promessa de arrendamento em anexo;
6. A delegação no Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela das correspondentes competências de assinatura dos documentos aprovados, bem como a condução dos mecanismos de desburocratização e simplificação administrativas que confirmam celeridade e eficácia ao processo.

Esta deliberação foi precedida de uma proposta/parecer do GAEE no âmbito do Programa de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, de 14 de março de 2017.

Os critérios de avaliação foram pontuados da seguinte forma:

Critério A – Interesse económico, cultural, artístico e ambiental – 100 pontos;

Critério B – Consistência do projeto – 100 pontos

Critério C – Mérito intrínseco – 100 pontos

Critério D – 80 pontos

As ideias essenciais que sustentam a pertinência do apoio foram as seguintes:

- Tem um evidente interesse económico e social para o concelho;
- Trata-se de um projeto que envolve a localização de 35 a 50 postos de trabalho;
- Insere-se no maior plano de reorganização de serviços operado pelos CTT nos últimos 40 anos;
- Os CTT são reconhecidos internacionalmente pela qualidade de serviço e pelo seu caráter inovador;
- Estamos a falar de um novo polo logístico que servirá toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Não esquecer que os protocolos e as deliberações camarárias não são eternos e podem ser revogados ou alterados. As decisões tomadas na altura tiveram como certa a importância dos apoios camarários, por razões diversas, aos CTT e ao Ginásio Clube Mirandense. Se o atual Executivo tem uma visão diferente, só lhe resta revogar essas decisões ou alterá-las. Porém, o que temos dificuldade é enquadrar a postura do atual Executivo de colocar em causa investimentos realizados em Mirandela de grande impacto simbólico com o conceito que têm apregoado aos quatro ventos de “diplomacia económica”.

Começamos também a cimentar a ideia de que não foi um bom ato de gestão adjudicar uma análise financeira a uma empresa privada que até hoje só tem descoberto situações já conhecidas e até já faladas na comunicação social e nas redes sociais. Bastava para isso ler as atas da CMM e as notícias que foi veiculando nos seus vários canais de comunicação sobre situações que nunca omitiu ou escondeu.

Continuamos a afirmar de viva voz que não era necessário adjudicar a análise financeira a uma empresa privada e que essa tarefa poderia ter sido desenvolvida por organismos estatais, como a IGF ou o Tribunal de Contas, sem colocar em causa a idoneidade e a qualidade da Deloitte, embora nos custe aceitar que uma empresa com a experiência da Deloitte aceite transmitir informação sem a entrega formal do documento escrito e sem ter acautelado minimamente o direito ao contraditório.

É fulcral que as pessoas saibam também que a CMM está sujeita a um Plano de Saneamento Financeiro e auditada semestralmente pela Direção-Geral das Autarquias Locais e pelo Tribunal de Contas.

Nunca a CM esteve tão fiscalizada e sindicada como agora e, por isso, estamos de consciência tranquila. Apesar das dificuldades fizemos obras, como o edifício do IPB, adquirimos património, como o edifício do Piaget, e conseguimos diminuir consideravelmente a dívida.

Temos orgulho do que fizemos, mesmo assumindo humildemente que cometemos erros e que, aqui e ali, poderemos não ter tomado as melhores decisões mas fizemo-lo sempre em prol dos interesses de Mirandela, das suas gentes, instituições e coletividades, procurando conciliar o interesse público com os interesses dos cidadãos.

A gestão financeira dos últimos anos pode não ter sido perfeita. Certamente não foi mas foi pautada por um **tremendo esforço de regularização e normalização da gestão**. Temos uma história e não temos vergonha dela. Perdemos as eleições mas não perdemos a história e o orgulho do que fizemos.

Uma palavra final para a estratégia do atual Executivo que não subscrevemos de todo e que poderia e deveria ser previamente discutida e aclarada internamente e nunca na praça pública e na comunicação social, embora ironicamente nos dê uma oportunidade única de esclarecer os munícipes de aspetos da gestão autárquica da nossa responsabilidade. Estamos a falar de situações fraturantes e de matérias controvertidas que dividem em vez de unir, embora possam ser alvo de discussão democrática, o que exige transparência e conhecimento rigoroso de toda a informação e auscultação de todos os intervenientes nos vários processos e nas várias decisões, o que lamentavelmente não tem acontecido.

Utilizando uma linguagem do direito e do processo penal, o atual executivo tem acusado e condenado antes de ter havido inquérito, recolha de prova e de indícios suficientes e direito ao contraditório e sem ter respeitado minimamente o princípio constitucional da presunção de inocência. É isso que dói porque a matéria constante da acusação é facilmente rebatida, depende muitas vezes de opções políticas livremente assumidas e conhecidas, deve-se por vezes a situações imprevistas ou controvertidas e não beliscam a nossa consciência e a certeza de que procuramos agir sempre de boa-fé, com imparcialidade, com justiça e dentro do mais escrupuloso respeito pela legalidade e pelo interesse público.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Prazo Médio de Pagamentos.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro**, referiu no seu preâmbulo que na economia portuguesa se verificava a prática de prazos de pagamento alargados em transações comerciais e vários estudos internacionais estimavam que o prazo médio de pagamentos em Portugal era significativamente superior ao praticado nos restantes países europeus.

A redução dos prazos de pagamento nas transações comerciais na economia portuguesa para níveis próximos dos padrões internacionais melhorará o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transação, introduzindo maior transparência na fixação de preços, criando condições para uma mais sã concorrência.

Por isso, o Estado deve contribuir para essa redução, acrescentando ainda que a prática de prazos de pagamento alargados pelas administrações públicas e empresas públicas tem um efeito de arrastamento a toda a economia.

Essa resolução aprovou o **Programa Pagar a Tempo e Horas** que tinha como escopo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, abrangendo os serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, as Regiões Autónomas, os municípios e as empresas públicas, na sua qualidade de adquirentes de bens e serviços a fornecedores.

O Programa incluía, entre outras medidas, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores, competindo à Direção -Geral das Autarquias Locais publicar na sua página eletrónica na Internet até ao fim do mês de Abril, o PMP registado por cada município no final do 4.º trimestre do ano anterior, por ordem decrescente do prazo, bem como a média do PMP dos municípios ponderado pelo valor anual de aquisições de bens e serviços, até ao fim do mês de Setembro, a lista dos municípios que tenham registado um PMP superior a 90 dias no final do 2.º trimestre do ano e aquando das publicitações referida nas alíneas anteriores, os PMP registados ao longo dos últimos trimestres, por forma a dar uma imagem correta da evolução dos PMP.

Por uma questão de verdade, justiça e transparência mas também com uma intenção pedagógica, partilhamos neste texto a evolução do PMP ao longo do anterior mandato autárquico, ou seja, de 2013 a 2017:

31.12.2013	468 dias
31.12.2014	245 dias
31.12.2015	117 dias
31.12.2016	186 dias
31.03.2017	177 dias
30.06.2017	172 dias
30.09.2017	163 dias
31.12.2017	196 dias

Fácil é constatar que no mandato anterior o Executivo, embora acusado recorrentemente de má gestão pelo atual Executivo, conseguiu reduzir o PMP em 305 dias, tendo aumentado no último trimestre de 2017, de 163 para 196 dias, na gestão do atual Executivo Camarário.

Poderíamos também criticar politicamente essa inflexão, o que não faremos por uma questão de bom senso e coerência, sem deixar de solicitar a máximo atenção à evolução desse indicador financeiro no intuito de o reduzir, no mínimo, para prazos de pagamento inferiores a 90 dias.

Damos também os parabéns a Alfândega da Fé, Castanheira de Pêra, Azambuja, Santana, Vila Franca do Campo, Miranda do Douro, Calheta (São Jorge) e Ferreira do Zêzere que demoram um dia ou menos a pagar aos seus fornecedores. Em sentido oposto localizam-se Nazaré, Paços de Ferreira, Celorico da Beira e Portimão que demoram em média mais de 400 dias a pagar.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Gestão da Comunicação,

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: “Na anterior reunião da CMM questionamos o Executivo sobre a sua política relativamente à comunicação, imagem e protocolo. A Senhora Presidente informou que a CMM ia externalizar a prestação desse serviço e, para o efeito, tinha sido aberto um procedimento concursal de ajuste direto, julgo que com consulta a três empresas.

Soubemos recentemente que na reunião de preparação do dia 25 de abril ocorrida no Auditório Municipal estiveram presentes a Senhora Vereadora Vera Preto, a Dr.^a Fátima Fontoura, o Prof. Pedro Beato, a jornalista Cátia Barreira, da Revista Raízes, e o fotógrafo Hugo que também pertencerá aquela revista e que tem sido visto em vários eventos municipais e institucionais a tirar fotografias. Tivemos também conhecimento que os registos fotográficos de eventos ocorridos no Auditório e na Biblioteca são efetuados pelo colaborador aí afeto mas que ele não intervém nos eventos organizados noutros locais.

Ouvimos também dizer que a CMM tinha já outorgado um contrato de prestação de serviços na área da comunicação com uma empresa do sector, a mesma que geriu a campanha do PS nas últimas eleições autárquicas por 72.000 euros, mais IVA, o que colocaria em jogo o que a Senhora Presidente garantiu na reunião camarária anterior.

Isso não é nenhuma acusação mas apenas o direito que nos assiste de solicitar esclarecimentos quando temos dúvidas e, sendo Mirandela um meio pequeno, ouve-se dizer muita coisa, umas verdadeiras e outras nem tanto. Assim sendo, perguntamos:

1.º Quem tem efetivamente tirado fotografias de eventos fora do Auditório e da Biblioteca?

2.º O que estava a fazer a Cátia Barreira e o fotógrafo Hugo na reunião referida? Estavam lá por numa atitude de mero voluntarismo ou estão já a exercer funções para a CMM, sendo o procedimento concursal uma mera formalidade?

3.º Já foi ou não assinado um contrato de prestação de serviços com a referida empresa da Cátia Barreira?”

São estas as dúvidas que temos, não é nenhuma acusação, são coisas que ouvimos dizer e acho que a nossa obrigação aqui é, aproveitar o local certo, para tentar esclarecimentos relativamente a matérias em relação às quais temos dúvidas e que se falam muitas vezes na praça pública.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Boa tarde a todos. Cumprimentar a assistência, os Senhores Vereadores em não Permanência, o restante Executivo, a Dr.^a *Esmeralda*, a *Carla Assis*.

Permitam-me, então, numa primeira fase apresentar aqui um conjunto de informações, atividades que já decorreram ao longo destes quinze dias entre a anterior Reunião de Câmara e a data de hoje.

Apresentarmos também algumas informações sobre os próximos eventos e depois terei todo o gosto em responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães*.

Passo a informar que Mirandela continua com uma forte dinâmica a nível de eventos, de iniciativas.

“Decorreu em Mirandela na noite da passada quarta-feira, dia 9 de maio, um Seminário sobre a temática do Doping no Desporto.

Este Seminário foi realizado no âmbito do Projeto Erasmus+ “Just Sport” e contou com a presença de quatro oradores que tiveram oportunidade de expor, perante as mais de quatro dezenas de participantes, a sua visão, ideias e experiência nesta área.

A moderação de todo o seminário foi da responsabilidade do vice-presidente e vereador do desporto Dr. Orlando Pires e as palestras estiveram a cargo do Dr. José Carlos Lima, coordenador do Plano Nacional de Ética no Desporto e da Dra. Ana Paula Tomás, representante da Autoridade Antidopagem de Portugal.

O seminário contou ainda com a presença do ex-ciclista profissional César Quitério e do Dr. Miguel Monteiro, presidente da Associação de Ciclismo de Bragança, que abordaram a temática do Doping no Desporto na perspetiva do atleta profissional.

Decorreu em Valpaços no passado dia 5 de maio o Campeonato Nacional de Kung Do Tê, onde marcaram presença seis atletas da Associação Mirandense de Artes Orientais (AMAO).

Cinco dos seis atletas presentes sagaram-se campeões nacionais nos diferentes escalões e categorias da modalidade e um outro atleta sagrou-se vice-campeão nacional.

Os campeões foram: Afonso Caldeira em infantis masculinos -52 kg, Diogo Oliveira em infantis masculinos -49 kg, Manuel Lourenço em infantis masculinos -55kg, André Jacinto cadetes masculinos -58kg, Susana Novo em seniores femininos -65 kg. O atleta vice-campeão foi David Abreu em seniores masculinos -86 kg.

Realizou-se em Mirandela no passado Domingo, dia 6 de maio, a primeira e segunda jornada do torneio de apuramento da Zona Norte para a fase final do Campeonato Nacional de Hóquei em Campo no escalão de Sub-13 mistos.

A competição decorreu no Campo de Treinos Desportivo da Reginorde e contou com a participação das equipas do AD Lousada, Ramaldense FC, CFU Lamas e CAMIR.

A equipa do Clube Amador de Mirandela (CAMIR) que é maioritariamente constituída por jovens atletas do escalão de Sub-11 acabou por não vencer nenhum dos jogos disputados frente às equipas mais velhas.

A cidade de Mirandela acolheu no passado fim-de-semana o Campeonato Nacional de Clubes em Pesca Desportiva na variante de Feeder.

A competição desportiva decorreu nas margens do Rio Tua e tinha prevista a participação de um total de 12 clubes e 72 pescadores, compareceram 10 clubes e 60 atletas.

As provas decorreram durante os dias 5 e 6 de maio e os pescadores estavam distribuídos por 5 sectores situados no cais e no parque Dr. José Gama.

No final da competição a equipa do “GAP Barros & Trabucco” sagrou-se a Campeã Nacional tendo as equipas “Amadores Pesca do Marco” e “Folhadosa Fishing Team” ficado classificadas em segundo e terceiro lugares respetivamente.

A organização desta competição foi da responsabilidade da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, Clube de Caça e Pesca de Mirandela e contou como apoio do Município de Mirandela.

As próximas provas de Pesca Desportiva do Clube de Caça e Pesca de Mirandela vistas para os dias 10 e 24 de junho.

O relatório referente à “Implementação das Medidas Minimizadoras dos Impactes do Esvaziamento nas Populações Piscícolas”, foi entregue ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), concluindo-se, assim, o “Processo de Esvaziamento do Açude Ponte de Mirandela”.

No referido relatório salienta-se o facto de que algumas espécies de peixes encontradas no rio Tua “usufruem de estatuto de conservação estabelecido pela União Internacional de Conservação das Espécies”, conforme descrito no “Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal – Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos” e que aí também habitam quatro espécies autóctones de bivalves.

A biodiversidade encontrada no rio Tua, associada ao seu “valor social, cultural e económico”, são razões suficientes para que sejam implementadas medidas minimizadoras sempre que se verifique a necessidade de esvaziamento da albufeira.

Neste contexto, em conjunto com o Parque Natural Regional do Vale do Tua, deu-se início à elaboração de um Plano de Gestão da Albufeira do Rio Tua que, em breve, irá envolver outras entidades com diferentes interesses nas atividades praticadas neste importante ecossistema aquático.

Tendo em conta o número de incêndios em contexto de práticas agrícolas envolvendo queimas e queimadas ocorridos durante o mês de abril, o município de Mirandela quer sensibilizar os seus munícipes para adoção das necessárias medidas de prevenção e precaução para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens. Para isso, vai elaborar uma campanha de sensibilização nas redes sociais oficiais da autarquia.

É de extrema importância que se adotem determinados comportamentos na realização de queimas ou queimadas, quando permitidas, em contexto de práticas agrícolas tais como: Informar os bombeiros ou o Serviço Municipal de Proteção Civil / Gabinete Técnico Florestal antes da realização da queima ou queimada, indicando o dia e local; Respeitar sempre as interdições à queima durante o período crítico, bem como fora do período crítico nos dias de risco de incêndio muito elevado e máximo; Escolher dias nublados e húmidos. Não realizar a queima/queimada com tempo quente e seco ou quando o vento sopra com intensidade (provoca o descontrolo do uso do fogo e aumenta o risco de incêndio); Preparar a área da queima/queimada com a abertura de uma faixa limpa de vegetação em torno da área a queimar. Molhar a faixa de limpeza antes de iniciar a queima e ter sempre um recipiente com água ou uma mangueira junto do local; Não queimar grandes áreas de uma só vez, por forma a permitir maior controlo do fogo. No caso da queima, optar por vários montes de pequena dimensão em vez de amontoados grandes; Ter no local equipamentos de primeira intervenção, designadamente água, pás, enxadas e extintores, suficientes para controlar a queima/queimada. Acompanhar a localização da queima/queimada, mantendo a atenção e vigilância. Caso a queima/queimada fique descontrolada, alertar o 112. Levantar sempre um telemóvel e de preferência estar sempre acompanhado. Após a realização da queima/queimada, abandonar o local apenas quando o fogo estiver extinto. Reforçar a faixa de limpeza e rescaldar com água, caso necessário.

Depois da integração do Museu da Oliveira e do Azeite (MOA) na Rede de Museus do Douro (MuD), Mirandela recebeu, no passado dia 7 de maio, a sua primeira reunião.

Com o objetivo de divulgar e promover o MOA, aquando da oficialização da integração foi lançado o convite ao Diretor do Museu do Douro e ao Vice-presidente da CCDRN de fazerem uma visita ao MOA no dia da reunião. Assim, o grupo de trabalho foi guiado numa visita que explicou todos os processos da oliveira e do azeite.

Os espaços da Rede MuD – 46 nesta data – reúnem-se periodicamente para debater ideias, partilhar experiências, propor projetos de parceria, trabalhar conjuntamente nas atividades em curso e aprovar novos membros de acordo com a Carta de Princípios.

Esta rede informal alia diferentes estruturas museológicas num projeto cultural comum, abrindo novas hipóteses de entendimento e valorização da comunidade duriense, assumindo um papel ativo no desenvolvimento do eixo do Douro.

O Duo de Percussão da Escola Profissional de Arte de Mirandela (Esproarte) foi galardoado com uma menção honrosa na Mostra Musical do Eixo Atlântico que decorreu no passado fim de semana, 5 e 6 de maio, em Vila Real.

A Mostra Musical decorre a cada dois anos com a finalidade de valorizar os músicos das escolas de música e conservatórios, apoiando aqueles músicos intérpretes que pelo seu valor e interesse possam contribuir para a difusão do gosto pela música clássica e o jazz, favorecendo a inovação, a qualidade, a interação e a renovação no panorama musical do Eixo Atlântico.

O certame foi a confirmação do alto nível dos jovens intérpretes de música clássica e jazz da Euro-região.

No domingo, depois da interpretação dos finalistas que se classificaram da fase prévia realizada sábado, teve lugar a entrega de prémios às atuações mais meritórias. Os representantes do município de Mirandela receberam do júri uma menção honrosa.

A organização da Mostra Musical do Eixo Atlântico conta com a colaboração da Casa da Música do Porto e da Xunta de Galicia, através da Secretária Geral de Cultura.

O Município de Mirandela desafia os amantes de fotografia a participar no concurso lançado pela Comissão Europeia “EU in my Region”, sendo que o município tem muitos projetos apoiados pelos fundos da União Europeia.

Dirigido a todos os cidadãos com 18 ou mais anos, residentes num país da União Europeia ou com acordo de pré-adesão, o concurso prevê a submissão de imagens de infraestruturas ou de iniciativas cofinanciadas pelos programas de apoio como o NORTE 2020. Cada concorrente deve submeter on-line, até 31 de agosto, duas fotografias por projeto – uma fotografia artística e

outra documental, que evidencie a existência dos logótipos do cofinanciamento –, não havendo limite de fotografias por participante.

Um júri composto por especialistas em fotografia selecionará as 30 melhores. O prémio será participarem de uma exposição itinerária por regiões europeias e publicidade nos canais on-line da Comissão Europeia.

Carlos Correia vai manter-se no cargo de presidente do Sport Clube de Mirandela no próximo triénio 2018/2021. As eleições decorreram no passado dia 11 de maio, havendo apenas uma lista a sufrágio, os parabéns.

Compareceram no ato eleitoral um total de 72 sócios do Sport Clube de Mirandela, sendo que 71 votos foram na lista “A” e houve 1 voto em branco.

A equipa sénior feminina do CTM Mirandela venceu, no passado sábado, dia 12 de maio, a equipa açoriana do GDCS Juncal no jogo 1 da Final do Play-Off da 1ª Divisão pelo resultado de 2-3, parabéns ao CTM.

A equipa mirandense está assim encaminhada para poder renovar o título de campeão nacional em seniores femininos e conquistar o seu 20º campeonato nesta competição.

Os jogos 2 e 3 da final do Play-Off estão agendados para os dias 26 e 27 de maio em Mirandela.

A equipa feminina do Grupo Desportivo da Torre de Dona Chama está apurada para disputar a Fase Final da 2.ª Divisão que se vai decorrer nos dias 9 e 10 de junho, visto que as outras equipas são todas equipas “B” de clubes que militam na 1.ª Divisão, equipa do Grupo Desportivo da Torre de Dona Chama já garantiu a subida à Primeira Divisão, parabéns ao Grupo Desportivo.

Também a equipa feminina da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Valbom dos Figos pode ainda classificar-se num honroso 5.º lugar caso vença o jogo que vai realizar na sua casa em Valbom dos Figos no próximo dia 27 de maio, parabéns.

Nas seleções nacionais, as mirandenses Sílvia Santos e Inês Gonçalves alcançaram a medalha de bronze no Open de Espanha em cadetes femininos. Esteve também presente nesta competição o jovem atleta do CTM Mirandela Rafael Kong que participou em cadetes masculinos.

62 expositores marcaram presença na décima edição Feira do Vinho e do Morango em São Pedro Velho que decorreu nos dias 12 e 13 de maio de 2018.

Este é um certame que tem crescido de ano para ano e as vendas já ultrapassam os 8 mil quilos de morango.

As plantações desta cultura na freguesia de São Pedro Velho advêm da experiência adquirida em França dos seus habitantes que empreenderam na sua terra e tornaram-no já um produto conhecido a nível nacional. Aliado a tudo isso, o microclima desta aldeia do concelho de Mirandela faz com que o morango seja doce, suculento e difícil de resistir.

Mas nem só de morangos é composta a feira, é possível encontrar os mais variados produtos de excelência como é o caso do vinho que também dá nome ao evento, parabéns à Junta de Freguesia de São Pedro Velho e também à Câmara Municipal pelo seu contributo.

No domingo, 13 de maio, realizou-se o tradicional percurso pedestre “À procura dos Morangos”, onde os participantes tiveram a oportunidade de colher os seus próprios frutos e ainda desfrutarem de uma paisagem encantadora.

O Município de Mirandela implementou o projeto de Atividade Física Sénior para pessoas com mais de 55 anos.

Iniciou-se no mês de maio com as primeiras freguesias que devolveram a ficha de inscrição, foram elas: Frechas, Agueiras, Lamas Orelhão, Mirandela, S. P. Velho, Torre D. Chama e Franco.

Esta atividade vem colmatar problemas relacionados com a resistência, flexibilidade, coordenação e o equilíbrio. A estimulação inclui ainda dois aspetos importantes: o lazer e o prazer.

Além disso, melhora as condições musculares e articulares, a flexibilidade, postura, previne e melhora as condições respiratórias, combate a obesidade, previne a descalcificação óssea (osteoporose), desenvolve a autoconfiança, autoimagem e a socialização e promove ainda a independência.

A primeira fase deste projeto decorrerá durante os meses de maio, junho e julho.

O município de Mirandela está empenhado em realizar as atividades necessárias para que sejam aplicadas as medidas de autoproteção em edifícios, contribuindo, desta forma, para o bem-estar dos cidadãos que trabalham ou frequentam espaços públicos.

As medidas de autoproteção em edifícios está prevista no Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios. São um conjunto de procedimentos conducentes à garantia das condições de segurança determinadas em fase de projeto, bem como à garantia de existência de uma eficaz reposta face à ocorrência de uma emergência.

Desde o dia 16 e até 24 de maio de 2018 a Rua da República, desde o “Cruzamento da Rua do tanque/ Cruzamento São Sebastião” encontra-se cortada ao trânsito por motivo de obras no âmbito da empreitada “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável - PAMUS1 - Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal” que se encontra em curso.

A Autarquia lamenta o incómodo devido ao facto de ser um troço com tráfego intenso e apela à compreensão de todos os municípios.

De referir que esta empreitada contempla a construção de uma ciclovia, execução de passadeiras de acordo com o Dec. Lei 163/2006, de 8 de agosto, pavimentação de passeios, substituição da rede de abastecimento de água, renovação de rede de águas residuais e substituição troços de rede de águas pluviais, instalação de rede de rega, remodelação de infraestruturas elétricas e equipamento de sinalização e de segurança.

Realizou-se um Exercício à Escala Total no Aeródromo Municipal de Mirandela, coordenado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Mirandela, no passado dia 14 de maio, pelas 15H00.

O Exercício teve como objetivo testar a eficácia do Plano de Emergência do Aeródromo e consistiu na simulação de um acidente com uma aeronave, no qual sobreviveram os dois ocupantes. A atividade contou com a articulação de sete entidades que intervieram de acordo com as suas responsabilidades operacionais, tendo, ainda participado cinco outras entidades na qualidade de observadores que contribuíram para a compilação de um conjunto de melhorias que se pretendem implementar a curto prazo.

Desloquei-me a Genebra a convite da Casa do Benfica de Genebra, uma equipa de veteranos do Sport Clube de Mirandela, em que participou num torneio no passado fim de semana, tendo entre quinze equipas, ficado em quinto lugar e ganhou também a taça de *fair play*. Parabéns à equipa de veteranos, tive oportunidade de os acompanhar a convite da equipa de veteranos de Mirandela, foi para mim um gesto.

Também se realizou no dia 12 de maio o café de memória, parabéns à equipa organizadora, teve a ver com questões de saúde do alzheimer, teve uma avaliação muito positiva pela organização.

Realizou-se a VIII Rota das Adegas de Mirandela Festival das Tuna Académicas, que decorreu nos dias 18 e 19. No dia 18 recebemos as Tunas no Paço dos Távoras e no dia 19 no Auditório Municipal.

O Grupo Desportivo do Cachão, em parceria com a Câmara Municipal de Mirandela e com o programa “Just Sport” promoveram o Cup Juvenis Sub-17 que decorreu no dia 19 de maio de 2018, no Complexo Desportivo do Cachão.

Decorreu no âmbito do Festival de Sabores do Azeite Novo, mais uma tertúlia azeitada “A Outra Face do Olival” com o tema “O Olival, Azeite e Religião” e decorreu no dia 19 de maio às 16h00m.

Foi também comemorado em Mirandela de uma forma que eu entendo muito interessante, brilhante, mais um Dia Internacional dos Museus, no dia 20 de maio de 2018, promovido pela Vereadora Vera Preto, Vereadora da Cultura.

Está a decorrer desde o dia 23 de maio, até ao dia 7 de junho a Semana da Energia e do Ambiente, para o qual convido também, todos os Senhores Vereadores a participarem nas atividades.

Decorreu, hoje, um *workshop* sobre direitos e deveres da pessoa com incapacidade. Este *workshop* foi organizado também pela Associação Matiz.

Decorreu, hoje, o XV Festival dos Jardins Nómadas cujo tema foi “Jardins com Música”. Quisemos associar este cortejo ao tema Música associando a ESPROARTE, a Banda 1.º de Maio, o Grupo de Bombos. Tivemos este ano um percurso novo que saiu do Parque Dr. José Gama e terminou no Parque do Império. A avaliação final feita pelos alunos e toda a comunidade educativa, Agrupamento de Escolas, Escolas públicas e privadas, decorreu muito bem. Agradeço a participação de todos.

Hoje à noite estamos todos convidados para assistir ao concerto de guitarra pelo artista Luís Garcia, no Auditório Municipal às 21h00m.

Inicia-se hoje a Semana do Desporto, entre o 24 de maio e 10 de junho, com um conjunto de atividades ligadas à Juventude e ao Desporto do concelho de Mirandela. Convido todos os Senhores Vereadores a participarem nestas iniciativas.

Amanhã, dia 25 de maio, comemora-se o dia da cidade. O Executivo associa-se às comemorações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela, 135 anos.

Estaremos presentes no hastear da Bandeira às 09h30m no quartel dos Bombeiros Voluntários, às 10h00m na formatura e receção às Entidades e entrega de medalhas, às 10h30m estaremos no hastear da bandeira no Paço dos Távoras, às 11h30m missa na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação e bênção de viaturas e às 15h30m, desfile de viaturas.

O Executivo associa-se a mais esta iniciativa que já é habitual e também estão, desde já, convidados os Senhores Vereadores.

Nesse mesmo dia, 25 de maio, temos um fórum de futebol. Esse fórum de futebol realiza-se no Centro Cultural Municipal de Mirandela, começa às 21h15m, onde vão estar três palestrantes especialistas nesta temática do futebol. É uma iniciativa que é organizada pelo Grupo Desportivo do Cachão, pela Câmara Municipal de Mirandela, pela Junta de Freguesia. Também fica aqui o convite.

No dia 26 de maio, pelas 15h00m no Pavilhão da Reginorde temos a final do Campeonato Nacional da Primeira Divisão Feminina.

Fica também aqui o convite porque é uma organização da Junta de Freguesia de Mascarenhas e da Câmara Municipal de Mirandela para a Feira da Cereja de Mascarenhas, nos dias 26 e 27 de maio.

Nos dias 26 e 27 de maio, porque Mirandela não para, temos mais uma iniciativa “Passeio Turístico de Automóveis Antigos e Clássicos”.

Nos dias 26 e 27 de maio temos também a I Maratona de Futebol de Torre de Dona Chama.

No dia 27 de maio temos o Torneio de Ténis de Mesa em Valbom dos Figos.

De 28 a 30 de maio temos a III Feira de Orientação Escolar e Profissional, é uma iniciativa da Câmara Municipal em parceria com o CLDS em que vamos ter a abertura da Feira às 09h30m do dia 28 e depois um conjunto de ações que envolvem as Escolas. Contamos com a participação da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, com as Escolas Públicas, Escolas Privadas Profissionais e também teremos a apresentação de um livro no dia 30 no Museu da Oliveira e do Azeite.

No dia 29 de maio temos o I Seminário de Intercâmbio de experiências no âmbito da Educação do Eixo Atlântico. Este Seminário realiza-se no anfiteatro do Centro Cultural de Mirandela e surge numa candidatura que a Câmara Municipal fez ao Eixo Atlântico, onde concorreram vários Municípios e nós ficamos então com esta organização. Também contamos com a vossa presença, vai ser no dia 29 de maio, durante a manhã.

No âmbito da Semana das Profissões, temos mais uma edição do Tua Talks, no dia 30 de maio, às 14h15m no Auditório Municipal. Temos 50% dos participantes que são “prata da casa”, o jovem Fábio Correia e também a Dr.ª Susana Santos, Professora da EsACT-IPB, contamos também com o Dr. Alexandre Moutinho e do João Alberto Catalão.

No dia 1 de junho, temos mais uma grande iniciativa, um evento que já é habitual acontecer em Mirandela que é o Dia Mundial da Criança, com atividades lúdicas, os tradicionais insufláveis, canoagem, karts, basquetebol, futebol. Esperemos que o tempo nos ajude para proporcionarmos às nossas crianças de todo o Concelho, um dia feliz.

Temos o XXVII Encontro dos Aposentados da PT e dos CTT em Mirandela, no dia 2 de junho.

Temos também o 6.º Inter-Estilos Cidade de Mirandela no dia 2 de junho no Pavilhão do Inatel, com início às 09h00m com a presença de mestres nacionais, uma organização da Associação Defesa Pessoal.

Temos mais um Torneio Cidade do Tua - Petizes e Traquinas, no dia 3 de junho às 09h00m no Estádio de São Sebastião. É uma iniciativa que é promovida pelo Sport Clube de Mirandela, Grupo Desportivo do Cachão, São Pedro de Vale do Conde e a Câmara Municipal e também com a colaboração da Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Temos também no dia 3 de junho o 2.º Trail Running Cedães, fica também o convite para participarmos neste Trail. Parabéns à Junta de Freguesia de Cedães é uma iniciativa com a colaboração da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.

Entre 29 de maio e 5 de junho irá decorrer o Concurso Jardins, Varandas e Janelas Floridas de Mirandela, convido também a todos a participarem neste concurso.

Nos dias 8 e 9 de junho teremos mais um Festival Mirandela Music Fest organizado pelos jovens da nossa Cidade e também parabéns aos nossos jovens, têm tido aqui uma dinâmica grande na cidade, nós precisamos deles. A Câmara Municipal junta-se mais uma vez a esta iniciativa.

Passamos às questões colocadas pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães*.

Começava por duas notas introdutórias que têm a ver com o seguinte: Em relação às últimas notícias e em relação ao relatório da Deloitte, referindo-se que o atual Executivo tem vindo a público com um conjunto de informações, no sentido de denegrir a imagem do Executivo anterior. Eu tenho que repudiar essa observação, essa afirmação, nós, o Executivo, não tem interesse, nem é nosso objetivo denegrir a imagem do Executivo anterior, pelo contrário, nós estamos a fazer o nosso trabalho, contamos com uma Oposição forte. Quanto mais forte for a Oposição, melhor será o nosso trabalho e queremos que seja um percurso em conjunto, vocês na Oposição, nós no Executivo, mas jamais entraremos por questões de denegrir.

Também repudio as palavras “condenar” ou “acusar”. Nós não denegramos, não condenamos, não acusamos, apresentamos um conjunto de factos, que depois temos que analisar por todos.

Não me parece também que seja uma postura de vitimização, a postura mais correta por parte da Oposição, para responder a estas questões, o que aconteceu foi que, decorreu uma auditoria interna feita pela empresa Deloitte e que nos apresentou um conjunto de tópicos que nós, por cortesia, por transparência, cordialidade, apresentamos aos Senhores Vereadores, em primeira mão, no dia 10 de maio de 2018, ou seja, na última Reunião de Câmara, verbalmente. Nós recebemos um conjunto de tópicos verbalmente, ou seja, não há relatório nenhum, foram apresentados um conjunto de tópicos verbalmente, mas esses tópicos foram apresentados primeiro na Reunião de Câmara, que decorreu no dia 10 de maio e só depois é que houve a comunicação à comunicação social.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Meia hora depois.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Esse é um aspeto que é preciso clarificar.

Em relação à gestão administrativa e financeira do anterior Executivo, neste caso nós apontamos e referimo-nos àquilo que nos parece a nós e que depois o Senhor Vereador *José Cunha*, na parte mais técnica irá falar, um conjunto de falhas, ou uma falta de acompanhamento de alguns processos, ou falha de acompanhamento e proximidade de alguns assuntos.

De facto, é inegável que existiram falhas na cobrança de água, por isso, não entendemos a este respeito, qual é a dúvida, é reconhecida, os dados existem, o GAM tem esses dados, há de facto um número elevado de munícipes, de empresas, tanto em Mirandela, como no concelho que tinham a água por pagar e que não foi feito nada a nível de corte de água ou qualquer tipo de ação.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Também é um pouco habitual nos outros Municípios, Macedo de Cavaleiros, aqui ao lado, apresentaram uma lista de mil e duzentos incumpridores, que remeteu aos deputados municipais e depois vieram a ser conhecidos na praça pública, não é uma questão assim tão invulgar.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Em relação aos juros de mora não cobrados, nós que estamos a auditar e continuamos a auditar a situação e há fortes indícios de que eram retirados juros de mora a alguns munícipes, por isso é que eu falo de falta de acompanhamento nos processos, porque os Técnicos têm responsabilidade, mas os políticos também têm.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não é responsabilidade nossa, nunca demos orientações nesse sentido. Investiguem. Vejam, quem perdoava juros de mora sem orientação política.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Em relação aos contadores de obra, temos também registos de situações em que por um lado os munícipes mantinham os contadores da obra, tinham a água mais cara como sabemos, mas depois tinham outras vantagens, porque depois atrasavam o registo dos imóveis e também a questão de pagamento de IMI, mas é um assunto que é incontornável. Efetivamente a situação acontecia.

Em relação ao registo do património há algumas falhas também no registo do nosso património, que nós estamos a colmatar. Quanto ao Mirandela XXI, sobre ser uma sociedade extinta, não significa que pelo facto de estar extinta, que não haja legitimidade por parte da empresa reclamar os 367 mil euros. Neste caso foram reclamados, nós temos que avaliar, a Câmara Municipal é uma pessoa de bem, quer honrar todos os seus compromissos, se de facto somos abordados e fomos abordados e temos provas disso, para pagarmos este compromisso que é de 367 mil euros, nós não podemos deixar de ouvir as pessoas e de estudar o processo.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Pode ser um diálogo o processo, mas repare estamos a falar em 367 mil euros que foram reclamados. A partir do momento em que vocês falam nisto como uma dívida, é óbvio que na opinião pública cria-se a imagem que de facto existe a dívida, o que eu acho, na minha opinião, antes de se falar no que quer que seja, na minha opinião devia-se ter investigado, devia-se ter falado com as pessoas, devia-se ter clarificado. É só isso, porque lá fora fica a ideia que de facto existe esta dívida e nós continuamos a dizer que não existe esta dívida.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Deixem-me só concluir aqui mais esta ideia. Em relação às obras da Junta de Freguesia de Suções 167 mil euros, mais os 140 mil euros à Santa Casa da Misericórdia, há aqui em termos administrativos, falta de cabimentação financeira, há aqui alguma engenharia financeira, eu não sei o que chamar a isto, o que é

certo, é que há compromissos que podiam ser assumidos verbalmente que não estavam cabimentados, não estavam devidamente registados do ponto de vista processual, do ponto de vista administrativo e que nós temos agora alguma dúvida em pegar no “fio à meada”, isto é um facto e por isso nós não podemos também deixar de querer clarificar estes assuntos e tornar os assuntos também claros perante os nossos Municípios.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas isso também nós queremos, nós queremos transparência total que se investigue ao fundo as situações todas. Mas primeiro que se fale com as pessoas, que se investigue, são meia dúzia de documentos e a partir daí, sim senhora, que se chegue a uma conclusão. Se não estamos a partir de um pressuposto de que isto é tudo verdadeiro, isto é tudo dívida e a Câmara tem é que assumir, quando se calhar não é bem assim, acho eu é a minha opinião, não me parece correto...

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: É o que estamos a fazer, Dr. *Rui Magalhães*, o que está aqui assumido e o que está aqui vertido, após análise que nós fizemos de toda a documentação, é que de facto há aqui falhas processuais e administrativas graves.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas isso nós já sabemos, já sabemos disso...

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Neste caso, não queria estar a utilizar outros adjetivos, mas são falhas administrativas graves, quando nos encaminha para acordos entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal de Mirandela para resolver essas situações através do diálogo e caracterizou aí a Santa Casa da Misericórdia, nós não precisamos que o Dr. *Rui Magalhães* nos caracterize a Santa Casa da Misericórdia.

Nós temos consciência plena da importância da Santa Casa da Misericórdia em Mirandela e no concelho. O trabalho que a Santa Casa da Misericórdia fez e tem feito. Ainda há pouco tempo no âmbito do CLAS, o Município no âmbito da CIM foi atribuído à Santa Casa apoio financeiro para algumas obras, por isso, tem sido um parceiro privilegiado e continuará a ser. Aqui a questão, é que é preciso que haja administrativamente uma clarificação daquilo que são os compromisso reais e quais são os compromissos que a Câmara Municipal tem que honrar.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Concordo perfeitamente, mas volto a dizer, antes de serem tornados públicos.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Em relação ao INATEL, a mesmíssima coisa. Nunca foi posto em causa a má-fé do Executivo anterior, nem dizer que nós queremos denegrir. Vem-me dizer que nós queremos denegrir a imagem, o caso do INATEL é mais um exemplo. O Dr. *Rui Magalhães* refere que o INATEL tinha dois funcionários, que um é pago pela Câmara, outro é pago pelo INATEL, falta esclarecer, é uma dívida não reconhecida. Esta situação de dívidas não reconhecidas e que falta reconhecer, é que nós precisamos de esclarecer para que possamos saber às quantas é que andamos.

Em relação às quotas em dívida, a várias entidades, como é o caso da DESTAQUE, o Museu do Douro, a AMTQT, o Eixo Atlântico, poderá ser normal esse tipo de dívidas que o Dr. *Rui Magalhães* refere, nós não entendemos como normais, não pode ser normal uma situação que entendemos que é normal, ou seja, estas entidades precisam também das suas quotizações para poder sobreviver e nós temos obrigação de cumprir esses compromissos.

Quanto ao Ginásio Clube Mirandense e em relação ao atleta Mestre *José Pina*, o Executivo reconhece o Mestre *José Pina* como um atleta reconhecido nacionalmente e internacionalmente, essa questão não está em causa, o que está aqui em causa é um conjunto de compromissos assumidos entre a Câmara Municipal de Mirandela com um ginásio privado, que é o Ginásio Clube Mirandense. O Ginásio Clube Mirandense é um ginásio privado e sendo ginásio privado a Câmara Municipal de Mirandela tem que ter um papel de equidade entre todos os ginásios.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas as outras coletividades são públicas? O Sport Clube de Mirandela é público, o CTM é público? Que eu saiba não.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: O Ginásio Clube Mirandense é um ginásio privado, não é uma coletividade.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Pode ter associada uma atividade comercial, admito que sim, mas é um clube desportivo, sempre foi assim que o tratamos, penso eu.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Pois, mas o Ginásio Clube Mirandense é um ginásio privado em que o Município reconhece a sua importância, não está em isso causa. Fui convidado para estar presente na inauguração a convite do Mestre *José Pina*, estive com todo o gosto e no dia da inauguração, assumi em nome do Executivo, os compromissos que o Executivo anterior tinha assumido. Nós não vamos por em causa compromissos assumidos

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Foi o que aconteceu agora.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Desculpe, a questão não é essa. Não foi o que aconteceu, a questão é: o Executivo anterior assumiu um conjunto de compromissos que o Executivo atual vai honrar. A Câmara, como pessoa de bem, embora não concorde, com a forma como este protocolo foi assinado, porque aqui o que está em causa é a equidade entre o Ginásio Clube Mirandense e o resto dos ginásios privados em Mirandela, esta é que é a distinção.

Em relação à questão dos regulamentos, essa tramitação administrativa, de facto nós, desde o início estamos a trabalhar na alteração de alguns regulamentos. A criar outros que não existiam, nomeadamente ao nível da habitação social, porque queremos que haja essa equidade e transparência. O nosso objetivo é criar condições para que haja uma gestão administrativa transparente e

que essa gestão administrativa seja concluída o mais rápido possível, acabando com este tipo de situações que não estão bem esclarecidas, como referi.

Em relação à questão da comunicação, imagem e protocolo, como foi dito pela Senhora Presidente, vai decorrer um procedimento concursal e todas as insinuações que foram feitas, enfim ...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não foram insinuações, são coisas que se dizem.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Falou em nomes de jornalistas, falou em nomes de revistas...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: E é verdade que vemos as pessoas em determinados eventos, agora a que título é que eles lá estão não sabemos.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Falou em nomes de jornalistas e de revistas, ainda hoje esteve cá a SIC...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Essa reunião não decorreu? Eu disse alguma coisa...

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* disse: Não é totalmente verdade, houve uma reunião com o Professor *Pedro Beato*, que não foi na Câmara Municipal, não foi no Salão Nobre...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: No Auditório... eu disse no Auditório.

Não, não, eu disse no Auditório. Eu disse a reunião de preparação foi no Auditório, mas a tertúlia decorreu aqui, eu estive aqui, assisti. Foi isso que eu disse.

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* disse: Estava o Professor *Pedro Beato*, como estavam outras pessoas a quem eu recorri, no sentido de conselheiros, não, como não estava, contratado o Professor *Pedro Beato*, como não estavam contratadas as outras pessoas que estavam também presentes nessa reunião.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Então não existe qualquer contrato com ninguém. Pronto, mas isso é importante que se clarifique, porque de facto essa ideia transpareceu na opinião pública...

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* disse: Deixe-me só esclarecer, a comunicação, protocolo e imagem, hierarquicamente a nível de organograma, neste momento está dependente diretamente da Senhora Presidente.

Como o processo está em andamento, ainda não está concluído, a comunicação tem sido centralizada de alguma forma, na minha pessoa, não nos serviços, na minha pessoa em concreto. Com a participação e a colaboração de todos os serviços da Câmara Municipal.

Muitas vezes recorremos a conselheiros e as pessoas que trabalharam e estiveram muito próximas do vosso Executivo, do trabalho que vocês desenvolveram e que trazem também, mais-valias, são pessoas conhecedoras de todos os eventos que aconteceram em Mirandela, até de alguma história dos eventos em Mirandela e daí ter recorrido e falo imensas vezes com o Professor *Pedro Beato*, como com outras pessoas para nos ajudar e pensar também em novas formas.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: E muito bem.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Boa tarde a todos, vou passar a explicar algumas questões levantadas pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães* e algumas situações.

Antes de mais tem-se falado sobre a Prestação de Contas e já foi dito que no Executivo tomamos a decisão de apresentar a Prestação de Contas com, não tínhamos os dados ainda da Auditoria, o que está fotografado nos serviços, no Pocal.

Essa Prestação de Contas foi feita pelos Serviços, pelos Técnicos alocados à contabilidade. No documento, se bem se recordam, não consta a parte política, é um documento técnico.

Não foi alterado nada aquilo que os Técnicos escreveram e aguardamos, porque sabíamos que durante o mês de abril iria ser feita essa apresentação e num mês as contas poderiam dar diferentes, para o bem ou para o mal.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Como é normal, por isso é que há modificações orçamentais e revisões.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Corremos o risco de apresentar a Prestação de Contas e ao fim de um mês as contas já serem diferentes, ponderamos até não fazer a Prestação de Contas, porque o prazo legal é junho, mas decidimos não correr riscos, decidimos entregar toda a documentação no Tribunal de Contas, para não colocar em causa o Município, realizamos a Prestação de Contas conforme a fotografia que consta do Pocal.

Falando de valores, nós reportamos e está na Prestação de Contas que o valor da dívida da Autarquia é de 21 milhões de euros, o que está registado na DGAL são 18 milhões de euros, isto porque há uma parte da dívida que a DGAL não considera, que são as provisões judiciais, algumas situações de salários...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Isso está refletido no balanço, na conta 292, não tem de estar nos documentos de Prestação de Contas, isso é normal, são 2 milhões e 600 mil euros de provisões.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Quando falamos da passagem dos 21 milhões de euros, para os 26 milhões de euros, aqui os 5 ou 6 milhões que possam existir...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Ou 8 milhões, porque já se falou em 26 milhões de euros, havendo uma folga só de 1 milhão, estamos a falar em 8 milhões.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Eu estou a tentar explicar, se me deixar falar se calhar percebe as minhas contas. 18 milhões de euros, mas o que existe são os 21 milhões de euros e o que nós estamos a falar é passar de 21 milhões de euros para 26 milhões de euros, o valor da dívida do Município, não estamos a falar do que está registado na DGAL e no que a DGAL aceita, estamos a falar da dívida do Município e estou a ir pelo melhor cenário, se considerarmos os 5 milhões de euros e não os 6 milhões de euros...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas considerar porquê?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Estamos a falar do que nos foi apresentado pela auditoria, alguns casos práticos que já foram falados, provisões judiciais, porque não há provisões judiciais para a condenação, porque a Câmara Municipal pode pegar em dívidas e passá-las para Tribunal, deixam de constar das contas do Município, mas sei que o Município vai perder, por exemplo, no processo das águas estamos a falar de 3 milhões de euros, se nós retiramos à contabilidade do Município 3 milhões de euros de dívidas e passou para Tribunal, mas se o Município souber que vai perder, são 3 milhões de euros que o Município vai ter de pagar, tenho de fazer uma provisão e os juristas são consultados para darem o seu parecer sobre os processos e havendo alguns pareceres menos favoráveis, tem de se criar provisão daqueles valores...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: E é isso que é feito, mediante informação dos juristas fez-se a provisão dos valores, no valor de 2 milhões e 600 mil euros.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Há muito valor que não está feita a provisão mediante o parecer dos juristas, por isso é que existe esta situação, nós não estamos a dizer que há uma dívida de 8 milhões de euros, estamos a explicar a diferença dos 18 milhões de euros para os 21 milhões de euros, porque normalmente só se fala no que está na DGAL, mas o que está na Prestação de Contas são os 21 milhões de euros com essas provisões e a passagem para 26 milhões de euros, não estamos a dizer que seja tudo dívida que contabilize...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: As provisões não são dívida ainda.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Mas contam como dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não, do ponto de vista contabilístico não.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O que o Senhor Vereador pensa é uma coisa, o que é a realidade é outra coisa.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas eu penso de acordo com o que sei.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Mas estamos aqui a falar de valores contabilísticos, do que é a realidade...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas eu não tenho ideia que as provisões contem como dívida, acho que é a primeira vez, está-se sempre a aprender.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sim, até ao dia em que morremos estamos sempre a aprender. Sobre o património já foi dito pelo Senhor Vice-Presidente algumas situações.

Alguns dos casos que reporta aí, que diz que foram ditos em Reuniões de Câmara, sim, nós não dissemos que não foram tratados em Reunião de Câmara e que não foram legalmente aprovados, o que dizemos é que alguns não estão registados no Pocal...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas quem é que não registou a de Suções, se havia uma deliberação?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Por acaso sei que o anterior Chefe de Divisão andou nos serviços a perguntar porque é que não está registada, porque não quer ser acusado disso.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Alguém há-de ser responsável, não sei quem.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: Se há indícios que foi um erro técnico, não se pode ir para a comunicação social...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: E imputar as responsabilidades ao anterior Executivo.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: Não fomos nós que quisemos encobrir a dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Vocês falaram em dívida oculta e passivo oculto, como se fosse da responsabilidade do anterior Executivo, estamos a falar de um caso concreto, em que foi deliberado, consta da ata da Reunião de Câmara e só não foi transposto para o mapa, nós temos alguma culpa?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Posso continuar a explicar? Quando falamos nos processos de inquérito, falamos para apurar a responsabilidade, muitas vezes é verdade que o político pode não saber, mas tem de fazer uma fiscalização aos serviços.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: Porque é que vocês não aprovaram a Prestação de Contas? Se estamos a inculcar essa responsabilidade, foram os Técnicos que elaboraram a Prestação de Contas, a responsabilidade máxima da elaboração da Prestação de Contas é do Executivo.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O documento foi feito pelos Técnicos e nós validamos o documento, uma coisa é validar o documento, outra coisa é validar o que está dentro do documento, nós não vamos falsear o que está lá, se eram os valores reais que estão no Pocal, não os podemos falsear.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Peço desculpa, nós somos pessoas adultas, podemos conversar uns com os outros e sinceramente é isso que nós queremos, estas coisas a mim até me aborrecem, são importantes, têm de ser investigadas e tem de se apurar a verdade, mas há tantas coisas mais importantes para pensar, em relação ao futuro de Mirandela, que sou sincero, a mim já me começa a cansar um bocadinho tudo isto.

Repare uma coisa, quando o Senhor Vereador fala nos 167 mil euros, num contexto global em que está a por em causa a gestão anterior e está a falar em dívidas e passivos ocultos, forçosamente em relação à dívida da Junta de Suções está incluída dentro dessa lógica e isso não é justo. Qual é a responsabilidade do Executivo anterior relativamente a esta situação? Nenhuma, zero, no entanto, quando isto é avaliado num contexto global é óbvio que a ideia que fica? É que essa é mais uma dívida oculta, quando não é dívida oculta e eu acho que é injusto, não é correto.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Posso explicar?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu não me estou a vitimar, atenção, que fique claro.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Vou dar um exemplo, se formos agora consultar o Pocal estão lá as dívidas de tudo e estes valores não estão, porque aqui no Município existiam muitas folhas de excel com valores guardados que não contam do Pocal, aquelas folhas não valem nada, o que vale é o que está no Pocal, porque quando falamos na DGAL, quando falamos no Tribunal de Contas o que eles vão buscar é o que consta no Pocal e estas situações não estão registadas no Pocal.

Quando falamos de processos disciplinares e inquéritos é para apurar responsabilidades, quando falamos do processo do perdão dos jurros da água, é preciso apurar a responsabilidade, saber quem deu a ordem para o fazer.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas isso nós estamos de acordo, nós sufragámos essa postura inteiramente, investiguem.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O Município tem muitos funcionários e há pessoas que o podem fazer por má-fé, por falta de conhecimento, isso tudo tem de ser averiguado, não estamos a dizer apenas que vão ser responsabilizados os políticos em tudo, os políticos falharam na fiscalização, no acompanhamento.

Queria esclarecer um erro jornalístico, tanto a Senhora Presidente, como eu nas declarações que fizemos nunca falamos que existia um relatório preliminar

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu sei, foi o que ficou escrito.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O quê?

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Foi dito.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Não foi dito.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Então não se pode comprovar, infelizmente.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O que foi dito foi uma apresentação.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Isso é uma questão de preciosismo.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Mas nunca foi falado que havia um relatório preliminar. A Senhora Presidente quando prestou declarações disse que foi feita uma apresentação, eu quando falei...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Na comunicação social diz-se isso.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Não, mas se for ver é o que diz o jornalista.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Vocês disseram.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Não dissemos. Podemos pedir a gravação e vocês vão ver que não falei em relatório preliminar nenhum. Aqui também não foi dito.

Agora sobre o consumo da água e dos consumidores. Os consumidores são os mais variados, são empresas, particulares, restauração, associações, há de tudo um pouco, nessa lista de consumidores.

Como disse, em Macedo foi distribuída e chegou à praça pública um documento confidencial. Nós não teremos nenhum problema em gerir, ou gerar essa listagem e passar, claro, desde que seja feito confidencialmente.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Se calhar era interessante, para as pessoas saberem claramente do que estamos a falar.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Nós não temos problemas nenhuns em dar essa informação.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Nós agradecemos.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Agora o que acontece é que tem de ser tratado confidencialmente, até pela questão do novo regulamento de proteção de dados.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Nós receberemos esse documento sob compromisso de confidencialidade.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sobre a gestão e que falei das cobranças. Nós temos vários problemas da residência, das refeições, das feiras, das rendas, das concessões.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas gerir uma Câmara Municipal é gerir o risco, é gerir a incerteza, isto é um manancial de problemas, vocês ainda estão aqui há sete meses, daqui a três ou quatro anos, digam depois o que é que é gerir uma Câmara, os problemas que isto tudo levanta e depois digam se os erros que nós cometemos, foram erros de má-fé, porque não foram. Vocês estão aqui há sete meses e também já cometeram muitos erros e continuam a cometê-los.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sobre a questão da cobrança da receita, tem que haver rigor, tem que se dizer aos serviços. Os políticos não têm de tratar de tudo.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Algum dia pusemos em causa isso? Sempre atuamos com rigor. Agora há situações que são mais difíceis de gerir, é verdade.

O setor das águas é um setor difícil de gerir, eu pessoalmente, até acho que foi dos setores que mais nos prejudicou em termos de resultados eleitorais, porque houve uma série de problemas que ocorreram em 2017 que só nos prejudicaram, porque é difícil gerir o setor das águas.

Espero que vocês tenham mais sorte que nós. Espero que consigam cobrar tudo.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Uma coisa é gerir a falha de água, outra coisa é a seca.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Consigam fazer cortes de abastecimento em certos locais e a certas pessoas. Nós estamos aqui para ver, porque nós em princípio vamos estar aqui mais três anos e meio e vamos acompanhar esse processo, eu quero ver se vocês vão conseguir fazer isso, se vão cobrar a toda a gente e em todos os locais. Se vão ao Bairro Fundo Fomento Habitação em que os contadores estão lá dentro e a porta está fechada, muitas vezes eles nem conseguem cobrar.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Há uma situação de recorrer, existem os contadores a que realmente não há acesso, agora nós também já estamos a recorrer, há contadores de telemetria e à distância. Em casos difíceis podemos instalar esse género de contadores.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Só lhe desejo boa sorte.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Há meios de notificarmos as pessoas para abrirem a porta. Acontece isso na EDP, por exemplo, acontece noutras áreas, não é só na água. Posso-lhe dar um exemplo prático, na casa que eu tenho no Porto, a leitura não era feita há mais de dez meses, o contador está dentro de casa e notificaram-me que tinha 30 dias para marcar um dia para que a pessoa pudesse estar presente para fazer a leitura, senão o corte da energia era feita no momento e tinha multas e era um processo depois de obstrução ao acesso.

Agora há meios para fazer, há meios para chegarmos lá. Vai demorar? Acredito que sim, nós para conseguirmos regularizar se calhar demoramos este ano inteiro para pôr isso a funcionar. Posso dizer que foram emitidas cartas de aviso, às pessoas, já tinham sido feitos de consumos até x mês do ano passado. Agora vamos ter que enviar outra vez novas cartas dos meses seguintes, a quem está em falta. Os cortes estão a decorrer e posso dizer que muita gente está a pagar as dívidas que tinham com o Município.

Sobre os contadores de obras também já foi falado.

Sobre o Mirandela XXI, os casos que nos estão a ser reportados e que alguns de nós também nos deparamos ao longo do nosso trabalho, em algumas situações o que está na Prestação de Contas é que já está extinta, na informação das votações da Assembleia, está essa informação que está extinta, mas na realidade não está extinta. Eu posso-lhe dizer e não tenho problema nenhum, já que o senhor solicitou...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Então tinham eliminado essa parte, não é? Se tem essa dúvida.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: É a informação que está nos serviços. Sobre o Mirandela XXI, temos na nossa posse emails do anterior Presidente a confirmar a dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Quando fala no anterior Presidente, o Eng.º Branco, é isso?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sim o Eng.º Branco um email a assumir a dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não sei, deem-nos cópia disso.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sim, nós podemos dar cópia e tornar público o que solicitou. O anterior Presidente disse que sim, enviou o plano de pagamento para pagar 2014, 2015 e 2016, se não me engano ou 2013, 2014 e 2015 o pagamento desse valor, até existia um acordo que não chegou a ser assinado, da concessão do crédito dessa dívida.

Em relação aos projetos, já que falou sobre isso, o Eng.º *Guedes Marques* já nos confirmou que os projetos existem.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Onde é que estão?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Ele disse que os tem com ele e que os pode apresentar. Se quiser podemos.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Estou curioso.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sobre a situação de Suções, o problema aqui não é que não fosse válido o valor, é que não está registado.

Sobre a Santa Casa, a Senhora Presidente já disse e muito bem, não foi preciso esclarecer aqui o que é a Santa Casa, nós sabemos o que é a Santa Casa, conhecemos todo o mérito da Santa Casa.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mais saberá quem lá esteve, não é?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Se hoje em dia a Santa Casa não fizesse o trabalho que faz a nível social, seria muito mau para o nosso Concelho, principalmente para as pessoas da terceira idade fazem um trabalho espetacular.

Até foi a própria Santa Casa que nos respondeu a dizer que havia essa dívida., foi a Santa casa a dizer, há esta dívida e esta.

Sobre isto, como sabem, foram enviadas cartas às entidades para reportarem as dívidas, e a Santa Casa respondeu.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Aliás, tarefa que a Câmara faria com os funcionários da Câmara, nem precisava da DELOITTE. Enviar cartas para pessoas para dizerem se têm dívidas ou não, é fácil.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Mas fez parte da auditoria. Posso dizer que a PKF fazia por amostragem, nós fizemos a todas as entidades. Foi assim decidido a todas as entidades, fazer esse reconhecimento.

Da Fundação Inatel, diz que é preciso verificar. Podemos trazer o protocolo que foi assinado, onde confirma isso. O pagamento dos salários desses trabalhadores.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sei que houve uma situação de litígio em relação a essa questão e volto a dizer, mais uma vez que é uma situação que não está devidamente esclarecida.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Então terá que ser explicada da vossa parte.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Claro que sim.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Qual foi o litígio? Oficialmente existe um documento que nós não conhecemos, é um protocolo assinado pelo Município e a Fundação Inatel, a cedência do edifício para utilização por parte do Município e as obrigações de pagar os salários, em que inicialmente era só um funcionário, depois passou a ser o salário dos dois funcionários. Foi o compromisso de cedência de utilização.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Sim, mas falava-se em 17 mil euros, mas eles exigiam 45 mil euros, houve ali uma situação de desencontro de opiniões entre o Inatel e a Câmara Municipal, que tem que ser clarificada mais uma vez, é óbvio.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Sobre as quotas existem várias situações de que não estão, até posso dizer, em algumas reuniões dessas associações, muitas vezes é dito à Senhora Presidente e a alguns de nós.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas ela também já falou nisso, volto a dizer são situações novas.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: E agora foi dito que estavam essas dívidas. Sobre a questão dos “filhos em mulher alheia”, isto foi uma notícia,

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não fui eu que disse.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Não, mas eu vou explicar, isto foi uma notícia.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu confesso que não entendi.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Foi uma notícia que foi mal retratada e foi cortada, sabemos como é que às vezes são os jornalistas, porque essa parte foi falada em relação aos comentários prestados pelo vosso comentador na Rádio Terra Quente *Luís Pereira*, em que já usou duas vezes o termo, “fazer filhos em mulher alheia”, em relação ao método como estamos a fazer o protocolo da Quinta do Valongo sobre os militares da GNR e também sobre a CP.

E foi para compararmos o que é “fazer filhos em mulher alheia”, de um lado e do outro e posso passar a citar as palavras que foram ditas, com certeza ele deve ter memória curta, ou esqueceu-se de como foram feitos os protocolos, porque ele até foi o pai desse protocolo, na questão dos CTT, se calhar isto até foi um pouco ter memória curta, de quando era muito crítico, sobre a gestão do PSD quando estava no CDS e depois quando passou para o PSD...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Desculpe lá, esse tipo de comentários é que é lamentável, percebe? Isso é uma opção pessoal do Eng.º *Luís Pereira*, se ele foi do CDS o problema é dele, desculpe lá, isso já aconteceu há muito tempo, as pessoas têm direito de mudar de partido e têm o direito de mudar de opinião.

Acho sinceramente lamentável essa sua observação, que não tem cabimento nenhum numa discussão que estamos a ter aqui entre pessoas adultas. Desculpe lá, isso é que eu lamento.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Estou a explicar o que foi a notícia...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Desculpe lá, isso é que eu lamento.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O que eu estou a explicar...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Mas não tem nada a ver com o facto de ele ter sido do CDS.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O que eu estou a explicar...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu também fui e com muita honra. Eu fui Presidente da Junta pelo CDS, e depois? Fui e com muita honra.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Ninguém está a colocar isso em causa. Agora não pode às vezes criticar e quando passa para o outro lado, já está tudo bem.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: As pessoas mudam de ideias.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: As pessoas mudam de religião, mudam de partido.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: O Senhor Vereador pensa sempre da mesma maneira? Há trinta anos que pensa sempre da mesma maneira?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Não.

O que eu estava a dizer é o que foi dito, nas palavras do jornalista *Fernando Pires*, para enquadrar, e o que foi dito foi, vamos comparar o que foi dito pelo comentador *Luís Pereira* e o que nós andamos a fazer e aqui ninguém pôs em causa, até elogiamos a atração de investidores para Mirandela.

Nós concordamos. Só que quando ele diz, que nós por irmos fazer umas pinturas e ver se o sistema de água e de gás está tudo a funcionar no edifício para instalar os militares, acha que é gastarmos dinheiro incorretamente. Nós não achamos, estamos a falar de 80 pessoas que vêm para Mirandela, que vão fazer mexer a economia, que vamos poder estar mais protegidos e estamos a falar de um investimento num edifício público que vai cá ficar e aqui estamos a comparar com um investimento que está a ser feito num privado.

Estamos até a falar num investimento, isso pode ser discutível, se a parte participativa do Município é muita ou pouca, mas até estamos a falar num contrato de arrendamento de vinte anos e aos CTT dez. Pode haver ali uma falha de dez anos no arrendamento. O Município pode estar dez anos com um contrato de arrendamento, em que não estão lá os CTT, eles podem decidir ao fim de dez anos ir embora e vamos ter que suportar esses custos.

São essas situações que nós comparamos e alertamos ao caso do *Luís Pereira*, que diga-nos então, se nós fazemos um pequeno investimento, de pintar o edifício, ver se o sistema de gás e de água é “fazer filhos em mulher alheia” e gastar muito dinheiro para o Município, então o que é esta situação? Foi comparativo, coisa que, já sabemos como funcionam os jornalistas, às vezes querem só passar a parte de mais conflito, passou a notícia.

Mas pode pedir a cópia da gravação e vai verificar que eu fiz a comparação entre os dois tipos, que o atual Executivo, da atração de investimentos e o que foi feito do anterior. Ninguém está a pôr em causa os CTT virem para Mirandela, nem ninguém põe em causa a situação e o mérito do José Pina, por isso é que eu estou a dizer, era preciso era ter percebido a notícia completa, mas houve ali cortes na notícia.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Pronto, a culpa é da rádio.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Agora estou aqui a explicar o que foi transmitido nessa situação e creio que está mais ou menos tudo explicado sobre as dúvidas que tinha levantado, mais técnicas.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: Estive aqui a ouvir atentamente o senhor Vice-presidente e gostei da forma que ele abordou esta situação, quando disse que está aqui para clarificar as situações e que elas têm que ser clarificadas.

Também ouvi aqui o Senhor Vereador *José Cunha* a falar na forma como as coisas têm que ser feitas e a pergunta que eu queria fazer é: se o rigor com que as coisas têm que ser feitas a nível da clarificação dos 800 mil euros, porque se estamos aqui, estamos disponíveis para responder a essas dúvidas que existem e não queremos estar a respondê-las pela comunicação social. Eu acho que a melhor forma de podermos implementar o rigor que o Senhor Vereador fala é na cara, perguntar sobre o problema do Mirandela XXI, o problema de Suções e nós diretamente respondermos.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Obviamente antes de ir para a comunicação social, sempre defendemos isso. Mas tudo bem.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Só respondemos em relação às acusações do anterior Presidente, que não está aqui presente, que renunciou ao cargo. O que foi transmitido à comunicação social pela Senhora Presidente, foi o que foi transmitido aos Senhores Vereadores, posteriormente é que foram esclarecidas outras situações, depois do anterior Presidente ter vindo à rádio, fazer algumas acusações e ele não está aqui presente para responder.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: Ainda me lembro na última reunião quando a Senhora Presidente falou nos cinco ou seis milhões ou oito milhões e eu me lembro de interpelá-la e o Vereador *Rui Magalhães* também falou nisso, que era injusta a forma como estava a ser feito, porque não estava a existir o contraditório da nossa parte, podermos justificar ou não e depois sob pena de os cinco ou seis, ser um 500 ou zero.

O que é que aconteceu? A comunicação social veio relatar que o Executivo anterior encobriu no mínimo cinco milhões de euros de dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Nós somos uns bandidos, basicamente.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: E agora eu pergunto, esses cinco milhões de euros vão ser contabilizados, daqui a dois meses, no mínimo?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Há muitas situações que têm que ser conferidas, há situações que nós sabemos já à partida...

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: A base é cinco milhões, eu tenho a garantia que daqui a dois meses o orçamento vai ter que ser contabilizado cinco milhões de euros, a base é assim, pode chegar aos oito, mas cinco tenho a certeza que vai ser contabilizado.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Tem que ser registado.

----- O Senhor Vereador *MANUEL RODRIGUES* disse: É isso que vai acontecer.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Só se vocês nos disserem que têm um documento que anula essa dívida.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não é assim que funciona. Só para clarificar a Vereadora *Deolinda* mostrou-me, de facto diz aqui, quando nos foi enviada a cópia, ou projeto da ata, para nós corrigirmos, diz aqui claramente “quanto aos resultados do relatório preliminar da auditoria efetuada pela DELOITTE”, diz aqui claramente. Não fui eu, foi a Senhora Presidente que disse isto, está aqui, eu não inventei nada.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: A terminologia não foi correta, não há nenhum relatório preliminar, nós quisemos em nome da transparência e a partir do momento em que tivemos as primeiras informações, os primeiros tópicos, fazer chegar à oposição e depois também informamos a comunicação social.

Estão aqui elencados um conjunto e volto a repetir de falhas ou de falta de acompanhamento de processos administrativos que queremos clarificar, que queremos resolver, para que, em bom rigor, os processos administrativos da Câmara Municipal ganhem esse rigor, para que todos saibam. Tanto o Executivo atual, como os nossos Municípios, às quantas andamos. Porque há de facto, várias situações que precisam de ser esclarecidas e há de facto situações de dívida que é reclamada por várias empresas em que o anterior Executivo não reconhece como dívida.

Nós temos que analisar todos esses casos e verificar se a Câmara como pessoa de bem deve ou não reconhecer essas dívidas como dívidas da Câmara Municipal e quando recebermos o relatório da DELOITTE, já com todos os dados concretos, os Senhores Vereadores serão os primeiros a saber, tal como os membros da Assembleia Municipal e aí teremos depois oportunidade para mais uma vez voltar aqui a clarificar com o rigor, neste caso não está aqui em causa nenhuma questão de denegrir, nenhuma questão de condenar ou de acusar, está em causa esclarecer.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Se me permite. Nós utilizamos aqui, estamos a ficar peritos em adágios populares, eu vou utilizar outro, eu acho é que vocês colocaram a “carroça à frente dos bois”, é a minha opinião. Eu acho que tinha mais lógica, a prudência exigia que vocês quando recebessem a informação, em primeiro lugar, tentassem saber se aquilo corresponde ou não à verdade, isso significa ouvir as pessoas, analisar documentos, dar até oportunidade até a quem são assacadas responsabilidades de se defender. Eu não estou a exigir o mesmo rigor, por exemplo, que utiliza a Inspeção Geral de Finanças. Vocês foram ler um relatório da auditoria financeira da Inspeção Geral de Finanças, vocês veem claramente lá uma coisa que se chama, direito ao contraditório. Eles não publicam nenhum relatório, não o tornam público, sem primeiro dar oportunidade aos

Municípios de se pronunciarem e a resposta dos Municípios, o exercício desse direito do contraditório, consta do relatório. Só depois disso é que eles publicam o relatório.

O que eu acho, na minha opinião, isto é a minha opinião, eu não estou a dizer que não haja situações que correspondam eventualmente a erros., mas não foram erros de má-fé, não, não foram. Possam corresponder a situações pontuais de negligência, acredito que sim, mas acho que, na minha opinião, vocês tiveram uma postura de alguma precipitação, é só isso. Agora erros, volto a dizer, erros, toda a gente comete. Volta a dizer, vocês estão aqui há sete meses e também já cometeram erros. Vocês já trouxeram a esta reunião uma proposta de constituição do gabinete de Apoio à Vereação com três elementos, quando isso era ilegal e outras situações e outras que ainda vamos ver aqui hoje que eu vos vou falar. São coisas pequeninas? São, são. Mas também não deixam de ser erros. Agora eu vou dizer isso é má gestão da vossa parte. Não é apenas às vezes, alguma falta de cuidado, porque volto a dizer, nós, quem gere este tipo de instituições não consegue ter em conta todos os pormenores, não consegue, é humanamente impossível.

Eu vou-vos dar um exemplo, nesta reunião que não tem nada de especial, algumas situações que eu acho que consubstanciam alguma falta de rigor e algum cuidado na elaboração dos documentos e das propostas. Mas isso se calhar é normal, é humano, mas acho que também não devia acontecer. Mas isso a seu tempo, veremos. É só.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação da Presidente.

----- A Senhora Jurista *Esmeralda Pinto* autorizada a intervir, disse: A Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* não pode estar presente por motivos pessoais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, justificar a falta da Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*.

01/02 – Aprovação da ata de 19 de abril.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Reunião do passado dia 19 de abril de 2018.

01/03 – Aprovação da ata de 26 de abril.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Reunião do passado dia 26 de abril de 2018.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 17 de maio, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 10/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 3 de maio e 17 de maio de 2018.

Autorizações de Utilização Deferidas

27/18 – Paula Cristina Lopes Tavares Aires – Armazém – Rua A, lote 3 – Zona Industrial - Mirandela;
29/18 – Paula Cristina Lopes Tavares Aires – Armazém – Rua A, lote 5 – Zona Industrial - Mirandela;
31/18 - Danilo Alexandre Morgado Patrício – Habitação – Rua Rainha Santa Isabel n.º 95 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 03 de maio e 17 de maio de 2018.

Licenciamentos Deferidos

68/17 - Clotilde dos Anjos Maia Esteves – Abertura de um portão – Carvalhal - Avidagos;

15/18 – Moisés Alves dos Santos – Construção de uma habitação unifamiliar – Rua Francisco Elói Esteves Pereira, Lote 35 – Mirandela;
17/18 - Manuel Augusto Ramos – Construção de uma habitação unifamiliar – Lugar do Pinheiro n.º 8 A – Ervideira.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 02/2018

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 06 de novembro de 2017 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 06 de novembro de 2017, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 21 de março e 17 de maio de 2018.

Autos de Embargo

Despacho de 08/05/2018 – Porfírio José Duarte Esteves – Alteração de fachada, nomeadamente no aumento de área de uma janela na fachada principal, sem a respetiva licença.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 21 de maio, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Pedido de Subsídio – Secção de Basquetebol do Sport Clube de Mirandela.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 2434, em 18/05/2018, com o seguinte teor:

“Assunto: Pedido de Subsídio

A Secção de Basquetebol do SC Mirandela vem junto de V. Ex.ª pedir o subsídio mensal de 418,00 €-que não nos é pago desde o mês de janeiro deste ano.

Inicialmente pensava-se que o referido subsídio estava a ser pago diretamente ao SC Mirandela, mas segundo o Senhor Vereador *José Cunha* o subsídio nunca foi pago em 2018.

Solicitamos também o pagamento que nos foi prometido na última Gala do Desporto no valor de 500,00 € por termos sido considerados revelação desportiva do ano.

Enviamos o nosso NIB para o caso de quererem fazer a transferência diretamente para a Secção de Basquetebol.

Com os nossos cordiais cumprimentos.”

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* em 21/05/2018, exarou o seguinte Despacho:

“Na Proposta de Orçamento para 2018, foram calculados os subsídios a atribuir às Associações/Clubes e nesse cálculo, julgava-se que a verba para a Secção de Basquetebol do SC Mirandela, já estava incluída no subsídio geral do clube.

Verificando-se que não estava, proponho que seja atribuída a verba de 418,00 €/mensalmente a esta Secção.

Este valor deve ser atribuído de janeiro a dezembro de 2018.

À Reunião de Câmara.”

----- Processo despesa n.º 1050 de 21/05/2018.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Esta é a primeira situação, é razoável que não se saiba que uma determinada verba faz parte ou não faz parte de um subsídio global? Não é razoável, mas acontece, claro que estamos a falar de uma situação e dimensões diferentes, é a mesma coisa de quando se falou da questão dos juros do Lar de São Pedro velho, infelizmente ninguém teve isso em conta, são pequenos lapsos. É razoável que alguém pense, que alguém não saiba que a Secção de Basquetebol é uma Secção à parte e que não recebe do bolo global do Sport Clube de Mirandela? Também não é razoável e no entanto está aqui. Só estou a chamar a atenção de pequenas falhas que toda a gente pode cometer, porque isto não é razoável, penso eu.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: O que é que acontece sobre o Sport Clube de Mirandela, o clube tem um NIF para o futebol e o basquetebol tem um NIF diferente, no meu entender e do Executivo a Câmara Municipal deverá dar o apoio a uma instituição e depois esta gere o dinheiro como bem o entender, futebol, basquetebol, natação, ou outros, não nos devemos intrometer ...

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Peço desculpa, é uma ideia só, mas se calhar é melhor assim, eu digo isto porque já aconteceu no passado, por exemplo em relação aos veteranos, em que a Câmara Municipal dava uma determinada verba para os veteranos no bolo do Sport Clube de Mirandela, mas eles depois esqueciam-se que aquela verba era para os veteranos. Se calhar até é melhor assim, peço desculpa pela interrupção, foi só para clarificar.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: Nós entendemos que deveremos dar os subsídios à instituição e os seus órgãos internos devem gerir o dinheiro da melhor maneira, acho que o Município não se deve meter nisso. Nós entendemos que o subsídio deve ser pago ao clube e não às diversas secções que tem o clube.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Eu volto a dizer que é melhor não.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio à Secção de Basquetebol do SC Mirandela no valor de 418,00 € (quatrocentos e dezoito euros) a ser atribuído de janeiro a dezembro de 2018, conforme solicitado.

04/OA – Pedido de Subsídio – Fábrica da Igreja Paroquial de São João Bosco.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 9499, em 17/05/2018, com o seguinte teor:

A Comissão de Festas em Honra de S. João Bosco, vem por este meio solicitar o vosso apoio para a animação da festa em honra do seu padroeiro.

A festa realizar-se-á nos dias 1, 2 e 3 de Junho.

Para tal, solicitamos um apoio / subsídio para fazer face às despesas inerentes à animação da festa, num valor que rondará os 950 €.

Aguardamos a vossa apreciação, agradecendo desde já todo o apoio prestado,

Jorge Pinto

(Presidente da Comissão de Festas)

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* em 21/05/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

----- Processo despesa n.º 1054 de 21/05/2018.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio no valor de 950,00 € (novecentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de São João Bosco, conforme proposto.

05/OA – Pedido de Apoio Financeiro – União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 5407, em 19/05/2018, com o seguinte teor:

“Assunto: Apoio Financeiro

O Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira para os devidos efeitos, vem por este meio informar Vossa Excelência, que no dia 12 de março do presente ano, reuni com a Exma. Senhora Vereadora *Vera Preto*, no sentido de conversarmos sobre a Feira do Queijo e do Mel.

Informo que começamos a preparar este evento e como sabe, esta Feira é das maiores e mais importantes do Concelho de Mirandela. Por tal motivo venho solicitar a Vossa Excelência, uma ajuda monetária no valor de 5.000,00 €, bem como, a quantia de 24 stands.

Informo ainda que esta ajuda bem como os referidos stands já eram participados pelo Executivo anterior. Ciente do bom acolhimento da nossa pretensão, e sabendo da importância que este evento tem para a União de Freguesias e para a região, desde já agradeço.

Com os melhores cumprimentos.”

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* em 21/05/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara, para apoio financeiro a fazer face às despesas com os 24 stands – Evento de interesse cultural e com impacto para a economia local.”

----- Processo despesa n.º 1055 de 21/05/2018.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Aqui temos uma dúvida, porque o pedido parece que não se conforma com o Despacho da Senhora Vereadora, eu digo apenas que parece, porque diz assim: “À Reunião de Câmara, para apoio financeiro a fazer face às despesas com os 24 stands – Evento de interesse cultural e com impacto para a economia local”, ou seja, este apoio, porque eles pediram 5.000,00 € mais 24 stands, vocês só estão a dar os 5.000,00 €?

----- A Senhora Vereadora *VERA PRETO* disse: Nós só estamos a dar o valor dos custos com os 24 stands.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio no valor do apoio financeiro para fazer face às despesas com os 24 stands à União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira para fazer face às despesas com a Feira do Queijo e do Mel, conforme solicitado.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E URBANISMO

06/OA – DOMU – Pedido de Alteração e Ampliação de Edifício para Hotel Rural - Chalet do Medronheiro – Turismo Rural Lda.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 439 em 29/03/2018, com o seguinte teor:

“Chalet do Medronheiro – Turismo Rural Lda., com sede na Estrada Nacional 206, n.º 30 em Mascarenhas, 5370-173 Mascarenhas, vem requerer a V.ª Ex.ª a aprovação do presente pedido de anexação de documentos, em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Anexos: Termo de Arquitetura;

Plantas condicionantes;

Peças escritas

Peças desenhadas.

Pede deferimento”

----- Foi presente uma Informação Técnica em 13/04/2018, com o seguinte teor:

“A firma requerente solicitou licenciamento para alteração e ampliação de edifício para um Hotel Rural em área inserida em espaços urbanos. O pedido está instruído com projeto de arquitetura, acessibilidades, arranjos exteriores e ficha de segurança contra incêndios.

O projeto de arquitetura reporta-se a uma operação urbanística de licenciamento para reconstrução e ampliação de edifício para Hotel Rural, ao qual o projetista atribuiu 4 estrelas e a pontuação de 515 pontos.

No atual aperfeiçoamento foram mencionados o número de alojamentos que se prevê serem albergados na componente de hotelaria, mas não é referido nada quanto ao número de utentes. Assim, o número de alojamentos é de 12, subdivididos entre 8 quartos duplos e 4 quartos triplos, o que fixa o número de utentes em 28, valor a registar na autorização de utilização.

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 21 do Decreto-lei n.º 39/2008 de 7 de Março, republicado pelo Decreto-lei n.º 80/2017 de 30 de Junho, compete ao Município exercer as competências especialmente aí previstas.

Através do presente requerimento, a firma deu cumprimento ao que havia sido mencionado na minha informação anterior:

1) Apresentaram as plantas de condicionantes e ordenamento, 2) Apresentaram os desenhos dos alçados e cortes do “existente”, 3) Apresentaram os cortes e alçados da “sobreposição”, 4) o termo de responsabilidade do projeto de arquitetura refere a legislação específica que declara cumprida, nomeadamente o Decreto-lei n.º 39/2008 de 7 de Março, republicado pelo Decreto-lei n.º 80/2017 de 30 de Junho, e a Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto, 5) a memória descritiva é agora mais detalhada no subcapítulo “enquadramento da pretensão com os planos territoriais” demonstrando o cumprimento dos parâmetros urbanísticos do regime de edificabilidade para a parcela em função da sua classificação em termos do PDM, e referindo com mais detalhe o cumprimento do art.º 88 do regulamento do PDM por se tratar de um imóvel incluído no inventário municipal inserido no PDM em vigor, 6) em função dos argumentos aduzidos na memória descritiva não faço objeção à opção pela demolição de parte significativa do edifício inventariado, 7) a calendarização proposta prevê um total de 24 meses para execução da obra.

Assim sendo, em face do exposto e sem prejuízo do parecer da Arq.ª *Adelaide Carpinteiro*, ***sou de parecer que o projeto de arquitetura referente à reconstrução e ampliação de edifício para Hotel Rural com 12 alojamentos e 28 utentes cumpre com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis sendo meu parecer que pode ser aprovado, juntamente com o plano de acessibilidades, arranjos exteriores e ficha de segurança contra incêndios.***

Caso venha a ser aprovado o projeto de arquitetura, para deferimento do pedido de licenciamento deve o requerente apresentar no prazo máximo de 6 meses (nos termos do n.º 4 do art.º 20 do RJUE a contar da notificação do ato que aprovar o projeto de arquitetura) as especialidades ou seguintes elementos:

- 1 - Projeto de infraestruturas telefónicas, ITED;
- 2 – Ficha eletrotécnica;
- 3 – Termo de responsabilidade e projeto acústico;
- 4 – Termo de responsabilidade e projeto de estabilidade;
- 5 – Termo de responsabilidade e estudo térmico com declaração de conformidade regulamentar;
- 6 – Termo de responsabilidade e projeto de redes prediais de águas e saneamento;
- 7 – Termo de responsabilidade e projeto de redes prediais de drenagem de águas pluviais (se for necessário);
- 8 – Termo de responsabilidade e projeto de redes predial de abastecimento de gás canalizado (se for necessário);

9 - Plano de segurança e saúde em fase de projeto, caso a firma requerente opte por fazê-lo nesta fase do processo, e opcionalmente, termo de responsabilidade pela Fiscalização da Obra.”

----- Foi presente um Parecer Técnico em 04/05/2018, com o seguinte teor:

“Nos termos das subalíneas i), ii) e iii), da alínea b), n.º 1 do Artigo 88º do regulamento do Plano Diretor municipal de Mirandela (PDMM) a demolição total ou parcial em situações excepcionais devidamente fundamentadas são permitidas após aprovação da Câmara Municipal.

O autor do projeto de arquitetura veio justificar a demolição parcial do edifício no ponto 1.2 –“Enquadramento da pretensão no plano municipal”, que contempla a três subalíneas, que é de aceitar.

O programa para um Hotel Rural e para atribuição de 4 estrelas requer espaço e articulação entre os mesmos, que obriga a ampliação do edifício. A proposta vem reparar dissonâncias que vieram a ser acrescidas duram o tempo da sua existência.

A arquitetura do edifício vem recordar a imagem do edifício e contextualizada no meio urbano da aldeia de Mascarenhas.

O empreendimento vem alavancar a economia local e oferecer alojamento de qualidade que tanto faz falta no concelho.

Emito parecer favorável à proposta de arquitetura e deixo à consideração da Câmara Municipal a aceitação da demolição parcial do edifício, como previsto nos casos das subalíneas i), ii) e iii), da alínea b), n.º 1 do Artigo 88º do regulamento do Plano Diretor municipal de Mirandela (PDMM), por ser edifício inventariado.”

----- Pelo Senhor Chefe da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo *Paulo Magalhães* em 07/05/2017, foi emitido o seguinte Parecer:

“Com base na informação técnica o projeto de arquitetura referente à reconstrução e ampliação de um edifício para Hotel Rural tem condições para ser aprovado desde que a Câmara aprove a demolição parcial do edifício a interencionar, devido a tratar-se de um edifício inventariado no PDM.

Essa obrigação está descrita no PDM, art.º 88, ponto 1 alínea b) sub alínea i), ii), iii).

Para deferimento do pedido de licenciamento deve o requerente apresentar no prazo máximo de 6 meses (nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE a contar da notificação do ato que aprovar o projeto de arquitetura) as especialidades ou seguintes elementos.

- Projeto e termo de responsabilidade de infraestruturas telefónicas (ITED);
 - Ficha eletrónica;
 - Projeto acústico e termo de responsabilidade;
 - Projeto de estabilidade e termo de responsabilidade;
 - Estudo Térmico com declaração de conformidade regulamentar e termo de responsabilidade;
 - Projeto das redes prediais de águas e saneamento e termo de responsabilidade;
 - Projeto das redes prediais de águas pluviais;
 - Projeto de rede predial de gás canalizado com termo de responsabilidade e certificação por entidade inspetora (se necessário);
 - Plano de segurança e saúde em fase de projeto caso requerente opte por fazê-lo nesta fase do processo;
- Termo de responsabilidade pela fiscalização da obra (opcional).
À consideração superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 09/05/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara nos termos do Parecer Técnico.

Notifique-se o requerente nos termos do Parecer Técnico.”

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Em relação a esta questão confesso, isto é apenas um pormenor, mais uma vez, é apenas um pequeno lapso, a verdade é que nesta Informação aparece focalizada num Departamento de Coordenação Geral, isto ainda existe?

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse: A Informação pode ser anterior à alteração da nova Orgânica.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não, não vem de trás, diz aqui: “Data de entrada dia 29/03/2018”, diz aqui: “Departamento de Coordenação Geral”, isto ainda existe, eu pensei que já não existia, fiquei surpreendido, até pensei que tivessem ressuscitado o Departamento!

Eu não digo isto de má-fé, estas coisas têm de ser vistas por alguém, antes dos documentos virem para a Reunião de Câmara deem uma vista de olhos, porque estes erros depois não passam, eu volto a dizer, isto não vem nenhum mal ao mundo, não é isso, mas não fica bem, não é o único.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a demolição parcial do edifício, como previsto nos casos das subalíneas i), ii) e iii), da alínea b), n.º 1 do Artigo 88º do regulamento do Plano Diretor municipal de Mirandela (PDMM), por ser edifício inventariado, referente ao projeto de arquitetura referente à reconstrução e ampliação de edifício para Hotel Rural, em nome de *Chalet do Medronheiro – Turismo Rural Lda.*, conforme proposto.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

07/DAG – SO Expediente, Património e Arquivo – Pedido de Escritura de Propriedade Plena do Lote 1K-B, na Zona Industrial - João Vicente Afonso Pinto.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 8199 de 30/04/2018, com o seguinte teor:

“Assunto: Solicitação de Escritura de Propriedade Plena

João Vicente Afonso Pinto, contribuinte n.º 194 584 119, com residência em Vila Nova das Patas – Mirandela, na qualidade de gerente e promotor do projeto Auto Vicente, e enquanto superficiário do lote 1K-B na Zona Industrial de Mirandela, venho solicitar a V.ª Ex.ª a celebração de escritura de Propriedade Plena do aludido lote, uma vez que cumpriu nesta data com a totalidade do plano empresarial e de criação de postos de trabalho proposto e aprovado em sede de candidatura na Reunião de Câmara de 02/06/2014.

Agradecendo a melhor atenção, pede deferimento.

Com os melhores cumprimentos.”

----- Foi presente uma Informação subscrita pela SO de Expediente, Património e Arquivo em 04/05/2018, com o seguinte teor:

“Informo V. Ex.ª, que o Sr. João Vicente Afonso Pinto, vem solicitar a esta Câmara a Escritura de Propriedade Plena, do lote n.º 1k-B, sito na Zona Industrial devido a ter concluído as obras e os postos de trabalho a que se comprometeu.

Pelo que este assunto terá que ser submetido à reunião da Câmara.

Anexo:

Requerimento;

Escritura do Direito de Superfície

À consideração superior.”

----- Pela Chefe da Divisão de Administração Geral *Elisabete Silva* em 11/05/2018, foi emitido o seguinte Parecer:

“Reunidos os requisitos, proceda-se em conformidade.

À consideração superior.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* em 11/05/2018, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Este é mais um exemplo, volto a dizer, se calhar sou eu que estou a ver mal, mas aparece aqui, Subunidade Orgânica de Património, esta Subunidade Orgânica ainda existe?

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* disse: Não.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Está aqui no documento, eu tenho a certeza que isto nunca mais vai acontecer, porque se eu não chamasse a atenção na próxima vinham outra vez assim.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme solicitado:

1 - Aprovar a Escritura de Propriedade Plena, do lote n.º 1k-B, sito na Zona Industrial em nome de João Vicente Afonso Pinto;

2 – Comunicar ao requerente o teor desta deliberação.

08/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 21 de maio de 2018 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	2.161.130,03€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>993.992,44€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	3.155.122,47€
DOCUMENTOS-----	334.109,77€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

17/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 10/DAG de 21/05/2018 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 07 a 18 de abril de 2018, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **1.805.175,89 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	1.772.087,39 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	33.088,50 €

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse: Não quero que se aborream comigo, mas mais uma vez diz aqui: “Ordens de Pagamento Orçamentais”, 1.77.087,39 €, falta ai um número. Estes pormenores a mim não me falham.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

18/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 15/DAG de 18/05/2018 da Divisão de Administração Geral:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 04 a 17 de maio de 2018, foram processadas e autorizadas Requisições Externas de Despesa no montante total de **406.100,89 €**:


Nome do Responsável	Valores em €
<i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira</i>	248,67
<i>Orlando Ferreira Pires</i>	--:--
<i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>	6.382,74
<i>José Miguel Romão Cunha</i>	399.469,48

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim *Esmeralda Pinto*, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 16 horas e 25 minutos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;



Orlando Pires

A Jurista;



Esmeralda Pinto